



POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ

AV Higino Cunha, 1750, Quartel do Comando Geral - Bairro Cristo Rei, Teresina/PI, CEP 64014-220
Telefone: (86) 3216-1200 e Fax: @fax_unidade@ - h p://www.pm.pi.gov.br/index.php

EDITAL Nº 05/2021

Processo nº 00028.004021/2021-29

EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PROCESSO 00028.004021/2021-29-PMPI

O Estado do Piauí, através da Polícia Militar do Piauí, por intermédio da do senhora Francisca Sousa Vale Ferreira da Silva – Cap PM, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade Pregão, na Forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002; Lei Estadual nº 7.482/2021; Lei Estadual nº 6.301/2013; Decreto Estadual nº 16.212/2015 e Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto Federal nº 10.024/2019, e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

PARTE GERAL

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na Parte Específica deste Edital.
- 1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2. DO OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição do objeto descrito na Parte Específica deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.
- 2.2. A Parte Específica deste Edital definirá a forma de adjudicação do objeto, que poderá ser global ou dividida por itens ou lotes.
- 2.3. Na Parte Específica deste Edital e no Anexo I – Termo de Referência – constam o valor total da contratação e os preços unitários e globais estabelecidos em relação a cada item, ressalvada a opção pelo caráter sigiloso dos valores estabelecidos.
- 2.4. A forma de fornecimento do objeto será definida na Parte Específica deste Edital, de acordo com o detalhamento constante no Termo de Referência, Anexo I.
- 2.5. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site do Banco do Brasil S/A e as especificações técnicas constantes neste Edital e anexos, estas sempre prevalecerão.
- 2.6. A Parte Específica deste Edital irá definir se o presente certame irá adotar o Sistema de Registro de Preços e, caso positivo, se haverá formação de cadastro de reserva.

2.7. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços que vier anexa ao Edital irá dispor sobre:

2.7.1. órgãos gerenciador e participantes;

2.7.2. adesões;

2.7.3. preços registrados e respectivos reajustes;

2.7.4. vigência.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os Proponentes interessados em participar desta licitação ou ter acesso ao aplicativo licitações-e deverão efetuar seus credenciamentos junto ao órgão provedor do sistema - Agências do Banco do Brasil sediadas no País - onde receberão chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), de acordo com as informações constantes no portal www.licitacoes-e.com.br, e deverão estar aptos para encaminhar as propostas comerciais por meio eletrônico até a hora e data indicadas no subitem 1.1 da Parte Específica deste Edital.

3.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão aderir ao sistema licitações-e e cadastrar representantes para o recebimento da chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), conforme procedimento contido no manual do fornecedor, disponível no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br.

3.3. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha pessoal, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil ou à Contratante a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha pessoal, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou quebra do seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, o Banco do Brasil, para imediato bloqueio do acesso.

3.6. O credenciado deverá ter amplo conhecimento do teor da proposta apresentada em todos os itens integrantes de cada item ou lote, a fim de que a empresa se faça representar, legitimamente, em uma eventual negociação entre as partes.

3.7. Caberá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.8. Os interessados em participar do Pregão poderão obter maiores informações na Central de Atendimento do Banco do Brasil, telefone: 0800 729 0500, ou diretamente no site "www.licitacoes-e.com.br".

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem a atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão e que tenham optado pelo cadastramento no Sistema do Banco do Brasil através do portal licitações-e.com.br.

4.1.1. A Parte Específica deste Edital irá definir se a participação no certame será ampla, restrita ou com cotas reservadas a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, e às sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2008, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006 e Decreto Estadual 16.212/2015.

4.2.1. As referidas em dades deverão declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão Eletrônico, sendo que a ausência de manifestação sobre o enquadramento, quando solicitado pelo sistema, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada.

4.2.2. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.3. Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico os licitantes e seus representantes legais previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico do Banco do Brasil, conforme item 3 deste edital.

4.4. Caso a Parte Específica deste Edital permita a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

4.4.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;

4.4.2. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

4.4.3. A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

4.4.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido, deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.

4.4.5. O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:

a) Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;

b) Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no subitem 4.4.4.

4.4.6. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

4.4.7. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

4.4.8. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira, observado o disposto no item 4.4.1;

4.4.9. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 4.4.1.

4.5. Não poderão participar desta licitação:

a) Empresas e empresários cujas falências tenham sido declaradas, bem como as que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

b) Empresas e empresários apenados com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

c) Empresa declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 por órgão ou entidade da administração direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, e que não tenha sua idoneidade restabelecida;

d) Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

e) O autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica;

f) Empresas cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, conselheiros, deliberações ou administrações, ou sócios, sejam servidores, empregados, ocupantes de cargo comissionado do Estado do Piauí, ou responsável pela licitação da Contratante;

g) Os interessados que estejam incluídos no Cadastro de Inadimplentes com Débitos na Dívida Ativa do Estado do Piauí – CADAPI – nos termos do artigo 6º da Lei nº 5.533, de 30 de dezembro de 2005;

5. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Como requisito para participação do pregão, o licitante deverá manifestar, antes de registrar sua proposta, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno atendimento aos requisitos da habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital e todos os seus anexos, sujeitando-se às sanções legais e as previstas neste Edital na hipótese de declaração falsa.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Junto ao valor global da proposta deverão estar inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas relacionadas à execução do objeto.

5.4. É vedada ao licitante a identificação da empresa na proposta comercial, como por exemplo, a colocação do nome ou endereço da empresa, sob pena de desclassificação.

5.5. No preenchimento da proposta eletrônica o licitante deverá utilizar campo próprio para a especificação das características do objeto ofertado.

5.6. Caso o PROPONENTE anexe qualquer arquivo contendo informações não exigidas no Edital ou que somente deveriam ser apresentadas em outra etapa da licitação, o órgão licitante não efetuará sua análise.

5.7. Até a data e hora definidas para a abertura das propostas, os PROPONENTES poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente apresentados.

5.8. A proposta comercial terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública, ressalvada a definição de prazo maior na Parte Específica deste Edital.

5.9. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema com o acompanhamento pelos participantes em tempo real.

5.10. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.11. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação pelo pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances

6. DAS PROPOSTAS E FASE DE LANCES

6.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço ou maior desconto por lote, item ou adjudicação global, conforme definições estabelecidas na Parte Específica deste Edital.

6.1.1. O lance deverá ser ofertado na forma definida na Parte Específica deste Edital

6.2. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.3. Na condução da fase pública do pregão eletrônico, o Pregoeiro, desde a abertura inicial dos lances até o resultado final do certame, irá avisar previamente aos licitantes, via sistema (chat), sobre eventual suspensão temporária dos trabalhos, bem como a data e o horário previsto para a reabertura da sessão.

- 6.4. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 6.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participam da fase de lances.
- 6.7. Classificadas as propostas, o PREGOEIRO dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 6.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos, sendo que o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será definido na Parte Específica deste Edital, se for o caso.
- 6.9. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobre a melhor oferta.
- 6.10. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.12. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 6.13. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.14. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sistema eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.15. A Parte Específica deste Edital irá definir se o modo de disputa do presente certame será “aberto” ou “aberto e fechado”, sendo ali detalhados os respectivos procedimentos.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, ou por sociedade cooperativa enquadrada no art. 34 da Lei 11.488/2007, encerrada a fase de lances, o sistema detectará a existência de eventual empate ficto, procedendo-se da seguinte forma:
- 6.17.1. Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por alguma das entidades referidas no subitem 6.17 acima, e houver proposta apresentada por elas em até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, o sistema convocará automaticamente, na sala de disputa, a microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada ou cooperativa mais bem classificada para, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, utilizar seu direito de preferência e apresentar novo lance inferior ao melhor lance registrado;
- 6.17.2. Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances, o pregoeiro deverá informar aos licitantes a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada ou cooperativa para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior;

6.17.3. Exercido o direito de preferência por microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada ou cooperativa convocada, será esta considerada detentora da melhor proposta no certame, devendo apresentar os documentos exigidos para habilitação, nos termos do presente edital;

6.17.4. O pregoeiro deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte ou conforme regras estabelecidas neste edital;

6.17.5. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada ou cooperativa desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas ou cooperativas remanescentes que se enquadrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), observada a ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência;

6.17.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17.7. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.17.8. Caso não ocorra a contratação de microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada ou cooperativa, nos termos dos subitens anteriores, será declarada vencedora a licitante que houver ofertado a proposta originalmente vencedora do certame.

6.18. Em caso de eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

6.18.1. Produzidos no País;

6.18.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

6.18.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.4. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.19. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.20. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou do procedimento em caso de empate, o sistema eletrônico procederá à classificação final das licitantes. Somente então o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.20.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtido o preço melhor.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Após o final da etapa de lances, o pregoeiro convocará a arrematante para anexar em campo próprio do sistema, no prazo definido na Parte Específica deste Edital, a proposta de preços com os respectivos valores readequados ao último lance ofertado, contendo as especificações detalhadas do objeto e documentação complementar, se for o caso, obedecendo integralmente ao Anexo III deste edital (formulário de apresentação de proposta de preços).

7.1.1. A proposta deverá indicar a MARCA e o MODELO de todos os itens ofertados.

7.1.2. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de CATALÓGO dos itens cotados, que deverá ser apresentado no prazo máximo de 01 (um) dia.

7.1.3. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

7.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor previsto no edital e a compatibilidade com as especificações técnicas do objeto, levando em consideração a última oferta oferecida pelo licitante na sessão.

7.3. A proposta comercial deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer ofertas de vantagens ou condições não previstas no instrumento convocatório.

7.4. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

7.5. Somente será considerada como a vencedora da licitação a proponente que apresentar o menor preço (ou maior desconto) e a proposta comercial de acordo com todas as condições fixadas neste edital e seus anexos, após a equalização, classificação e realização dos lances, e que seja devidamente habilitada nos termos do item 8 deste edital.

7.6. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências contidas neste edital e anexos, extrapolem o preço máximo fixado, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que se opuserem a quaisquer disposições legais vigentes, ou manifestamente inexequíveis, assim consideradas aquelas que não venham a ser demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

7.7.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

7.7.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

7.7.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

7.7.4. Verificação de notas fiscais dos objetos adquiridos pelo proponente;

7.7.5. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

7.7.6. Estudos setoriais;

7.7.7. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

7.7.8. Consulta à Controladoria-Geral do Estado;

7.7.9. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.8. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos documentos enviados pelo licitante vencedor, o Pregoeiro exigirá apresentação de amostra do item no prazo de 10 (dez) dias corridos.

7.8.1. A amostra deverá ser encaminhada conforme local, data e horário estabelecidos pelo Pregoeiro.

7.8.2. A amostra, catálogo, manual ou ficha técnica será submetida à análise comparativa com os aspectos técnicos exigidos no Termo de Referência.

7.8.3. A amostra, em análise, poderá vir a ser total ou parcialmente danificada, sem que isto implique qualquer ônus para a Contratante.

7.8.4. Em até 2 (dois) dias úteis após o prazo de envio da amostra, a Contratante remeterá ao Pregoeiro relatório, aprovando ou desaprovando o item submetido à análise prévia.

7.8.5. Em sendo desaprovado o item ofertado pelo licitante vencedor da fase de lances, o Pregoeiro deverá ficar o licitante classificado em segundo lugar para, observados os procedimentos dos subitens anteriores, também apresentar sua amostra ou ficha técnica do material.

7.8.6. Os procedimentos dos itens acima deverão ser repetidos até que seja verificada a comparabilidade da amostra ou das informações da ficha técnica com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.8.7. A amostra aprovada pela Contratante servirá de prova para a rejeição de material entregue em desconformidade com o Edital. Não será considerada como parte do material e somente será devolvida após o aceite definitivo da totalidade do item contratado.

7.8.8. A aprovação prévia de item mediante a análise de ficha técnica ou catálogo do fabricante durante a realização do pregão eletrônico não obriga a Contratante receber definitivamente o material se, por ocasião do aceite definitivo, for constatada desconformidade do material entregue com a prescrição editalícia.

7.8.9. A amostra reprovada somente poderá ser devolvida após exaurida a fase recursal.

7.8.10. O recolhimento da amostra (aprovada ou rejeitada) por parte do licitante se dará às expensas deste, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da comunicação pela Contratante para sua retirada, sob pena do material ser considerado abandonado.

7.9. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital.

7.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.11. No caso de divergência entre o valor da cotação por extenso e em algarismo cardinal, será considerada a primeira, e havendo divergência entre o valor unitário e o valor total, será considerado o valor unitário, notadamente para efeito de julgamento e classificação das propostas de preços.

7.12. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo definido na Parte Específica deste Edital sob pena de inabilitação.

8.1.1. A habilitação da licitante poderá ser verificada por meio do Cadastro Unificado de Fornecedores – CADUF/PI (habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira), com fundamento no artigo 2º do Decreto 11.320/2004 e no artigo 4º, XIV, da Lei nº 10.520/02 c/c §2º, do artigo 34, da Lei nº 8.666/93.

8.1.2. A apresentação de Certidão de Regularidade Cadastral junto ao CADUF/PI somente dispensa os documentos já apresentados para a sua obtenção.

8.1.3. Caso a empresa não esteja inscrita no CADUF/PI ou não apresente alguma das informações comprováveis através da declaração apresentada, deverá apresentar toda a documentação exigida a seguir discriminada para fins de habilitação.

8.1.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes bancos de dados:

8.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

8.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

8.2.4. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU).

8.2.5. Cadastro Único de Fornecedores de Materiais, Bens e Serviços do Estado do Piauí – CADUF;

8.2.6. Cadastro de Impedidos de Contratar com o Serviço Público - TCE-PI.

8.3. A consulta aos cadastros referidos no item anterior poderá ser feita pelo Pregoeiro em qualquer momento do procedimento licitatório.

8.4. Em se tratando de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas ou sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2008, deverão ser apresentados, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;

8.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.4.2. O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período;

8.4.3. A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.5. O motivo da irregularidade fiscal pendente, quando for o caso, deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

8.6. Para a habilitação no presente Pregão serão exigidos do licitante os seguintes documentos:

8.6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório da indicação de seus administradores;

c) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

d) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte - segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI;

f) No caso de cooperativa, ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNEA, do IBGE.

h) No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido pelo órgão competente, conforme disposto na Parte Específica deste Edital.

i) Outros documentos a serem exigidos na Parte Específica deste Edital, de acordo com a natureza do objeto.

8.6.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) As exigências de qualificação técnica dos licitantes serão aquelas discriminadas na Parte Específica deste Edital.

8.6.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Para efeito de constatação da validade de tal certidão, será observado o prazo de validade constante na própria certidão. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, será válida, para fins de qualificação econômico-financeira, a emissão de certidão, pela instância judicial competente, afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme Acórdão TCU nº 1201/2020 – Plenário.

b) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira, conforme art. 7.2 da IN/MARE 05/95, Portaria GAB. SEAD. Nº 88/15:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

c) As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.

d) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, bem como os índices contábeis exigidos, deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

e) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior ao percentual definido na Parte Específica deste Edital, calculado sobre o valor estimado da contratação ou item por item, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios

8.6.4. REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

d) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.7. Se, pelas documentações fornecidas diretamente pelo representante legal, não se puder inferir que o subscritor de tais declarações tem poderes para representar a empresa, esta será inabilitada.

8.8. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e com o respectivo endereço da mesma;

b) Se a licitante for a matriz de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

c) Se a licitante for a filial de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome desta filial;

d) Se a licitante for a matriz da empresa e a fornecedora do objeto for uma de suas filiais, este fato deve ser expressamente registrado em declaração apresentada na qual a licitante indicará qual filial executará o objeto da licitação. Neste caso, os documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos para a habilitação, deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;

e) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

f) Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao CND e ao FGTS quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições pela licitante.

8.9. A licitante ainda deverá apresentar declaração de que inexistem, no quadro funcional da empresa, menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, conforme modelo constante no Anexo VII do Edital.

9. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

9.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio de e-mail ou protocolos definidos na Parte Específica deste Edital, que também especificará o site onde será divulgada a resposta do Pregoeiro.

9.2. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

9.3. Cópias dos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas no site mencionado na Parte Específica deste Edital.

9.4. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, por meio eletrônico, até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública

10.2. O pedido de impugnação deverá ser enviado exclusivamente para o endereço eletrônico constante na Parte Específica deste Edital.

10.3. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, e divulgar o resultado através do Sistema no endereço eletrônico mencionado na Parte Específica deste Edital.

10.4. A Impugnação somente possui efeito devolutivo, sendo a concessão de efeito suspensivo medida excepcional e que deverá ser requerida pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a validade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insusceíveis de aproveitamento.

11.4. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

11.5. O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Para a aquisição do objeto junto ao licitante vencedor do certame será celebrado contrato entre este e a Contratante.

13.2. O fornecedor, após a assinatura do contrato, fica obrigado ao cumprimento dos prazos e todas as condições estabelecidas nas suas cláusulas e no edital.

13.3. A recusa da execução do objeto ou o não cumprimento de qualquer obrigação prevista ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital e no instrumento contratual.

13.4. O fornecedor será convocado para assinar o contrato, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a realização do ato, prorrogável por igual período, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.5. Quando o licitante convocado não comparecer para a assinatura do instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante para assinar o contrato, após a negociação e a verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação; se a Licitante vencedora não assinar o Contrato ou não reter a Nota de Empenho no prazo estabelecido, será aplicado o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, independentemente das sanções previstas neste edital e no contrato.

13.6. Até a assinatura do Contrato, a proposta da Licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Contratante verificar conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

13.7. Ocorrendo a desclassificação da proposta da Licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, a Contratante poderá convocar as Licitantes remanescentes, observando o disposto no subitem 7.10 deste Edital.

13.8. O Contrato a ser firmado em decorrência deste Pregão poderá ser rescindido a qualquer tempo, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

13.9. Por descumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela participação no processo licitatório, poderão ser aplicadas à Licitante vencedora as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e no contrato a ser firmado entre as partes.

13.10. A associação da Licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação estão condicionadas à manutenção das condições de habilitação e só serão admitidas quando apresentada documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências, e com o consentimento prévio e por escrito da Contratante, e desde que não afetem a boa execução do Contrato.

13.11. Na minuta do Contrato constante do Anexo II estão fixadas as responsabilidades das partes, sanções ao contratado e demais obrigações contratuais.

13.12. A Parte Específica deste Edital disporá sobre a possibilidade de subcontratação do objeto contratado.

13.13. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços ao presente certame, deverão ainda ser observadas as seguintes disposições:

13.13.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.13.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.13.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(es), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13.13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. A Parte Específica do Contrato definirá o seu prazo de vigência.

14.2. O contrato terá início no dia de sua assinatura, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, não podendo ultrapassar a vigência dos créditos orçamentários.

14.3. É vedada a assunção de obrigações que importem em necessidade de alocação de créditos orçamentários relativos a exercício financeiro futuro.

14.4. Fica resguardado o prazo de garantia do bem adquirido.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante ou adjudicatário que:

15.1.1. Não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/referir a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

15.1.2. Apresentar documentação falsa;

15.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

15.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.5. Não manifestar a proposta;

15.1.6. Cometer fraude fiscal;

15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.7.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

15.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Piauí e descredenciamento no CADUF/PI, pelo prazo de até cinco anos.

15.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

15.4. As sanções serão aplicadas de acordo com a Lei Estadual nº 6.782/2016 e Decreto Estadual nº 11.319/2004, facultada a defesa prévia da interessada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

15.6. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei no. 8.666/93, e art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das sanções previstas no contrato.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

17. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. As condições de pagamento ao contratado encontram-se previstas no Termo de Referência, Termo de Contrato e no Decreto Estadual nº 15.093/2013, arts. 5º e 6º.

19. DO PREÇO

19.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice definido na minuta de Contrato anexa a este Edital.

19.2. Caso se trate de licitação para registro de preços, a atualização dos preços registrados observará os mesmos índices e periodicidade definidos na minuta de Contrato anexa a este Edital para a variação do valor contratual.

20. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

20.1. A minuta de Contrato anexa a este Edital definirá eventual prestação de garantia de execução pelo licitante vencedor.

21. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

21.1. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar sua revogação, ou ser

anulada por ilegalidade de o cio ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

21.2. A anulação da presente licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto na Lei n.º 8.666/93 art. 59, parágrafo único.

21.3. No caso de revogação ou anulação da presente licitação ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ou da PROPOSTA COMERCIAL apresentada.

22.2. A licitante vencedora deverá indicar o nome do representante legal da empresa, para fins de assinatura da futura “Ordem de Fornecimento dos Materiais”, acompanhados de cópia do instrumento legal que lhe confere tais poderes.

22.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Estado do Piauí, através da Contratante, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição das suas qualificações e as exatas compreensões das formalidades.

22.5. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

22.6. Os documentos apresentados, que forem recebidos via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro.

22.7. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.8. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

22.9. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

22.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste Pregão Eletrônico.

22.11. Aos casos omissos e às questões suscitadas durante a vigência do mesmo, aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520 de 2002, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

22.12. A cópia do texto integral deste Edital se encontra disponível em endereços eletrônicos e na sede da Contratante, ambos mencionados na Parte Específica deste Edital.

22.13. Para as demais condições de contratação observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

22.14. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na Parte Específica deste Edital:

A) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

B) ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO;

C) ANEXO III - FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

D) ANEXO IV – DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

E) ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS;

F) ANEXO VI - DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS;

G) ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART.7º, XXXIII, DA CF/88;

H) ANEXO VIII – ORÇAMENTO.

PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui con das prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	<p>Endereço Eletrônico: www.licitacoes-e.com.br</p> <p>Data de Abertura: 18.08.2021.</p> <p>Horário de Abertura das propostas: 8h30min, horário de Brasília/DF.</p> <p>Horário de Abertura da Sessão Eletrônica: 9h15min, horário de Brasília/DF.</p> <p>INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação da PMPI – Av. Higino Cunha, 1750, Ilhotas, Teresina, PI.</p> <p>Horário de expediente da PMPI: Das 07h30min às 13h30min.</p> <p>E-mail: comissao.permanente.licitacoes@pm.pi.gov.br</p> <p>A íntegra deste processo pode ser acessada por consulta pública no seguinte sí o eletrônico: (Portal SEI).</p>
2.1	<p>O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de equipamentos para a produção de áudio, vídeo, comunicação, gravação, edição e acessórios, conforme especificados no quadro complementar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.</p>
2.2	<p>A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.</p>
2.3	<p>Foi estimado o Valor Total de R\$ 69.946,31 (Sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos) conforme tabela de Preços do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, sendo que os preços unitários e globais estimados representam os valores máximos que a Administração se dispõe a pagar em relação a cada item.</p>
2.4	<p>O fornecimento do objeto ocorrerá de forma integral, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.</p>
2.6	<p>A presente licitação não adotará o Sistema de Registro de Preços.</p>
4.1.1	<p>Para todos os itens de todos os lotes a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, e às sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2008, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006.</p>



4.5	Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação à participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto à competitividade.
5.8	A proposta comercial terá validade mínima de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.
6.1	Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE (grupo de itens), observadas as condições definidas neste edital e anexos, com percentual de desconto concedido de forma linear a todos os itens de cada lote. O Percentual de desconto final ofertado para os Lotes (valor proposto dos lances sucessivos) deverá ser igualmente aplicado para os ITENS que compõem o respectivo Lote.
6.1.1	O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.
6.8	O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser R\$ 10,00 (dez reais).
6.15	<p>Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>6.15.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.</p> <p>6.15.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item 6.15.1 será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.</p> <p>6.15.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.</p> <p>6.15.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assistido pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.</p>
7.1	O prazo para o licitante detentor da melhor proposta encaminhar proposta readequada ao último lance ofertado, em formato digital, via sistema, é de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da solicitação do pregoeiro.
8.1	Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.
8.6.1., “h”	Não se aplica.
8.6.1., “i”	Não se aplica.
8.6.2., “a”	Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, através de Atestado de Capacidade Técnica, de acordo com o modelo do Anexo IX.

“e”	A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo não inferior a 10,00% do valor estimado da contratação ou item por si, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
9.1	Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao endereço eletrônico comissao.permanente.licitacoes@pm.pi.gov.br , sendo que a resposta será divulgada no site www.licitacoes-e.com.br e/ou www.pm.pi.gov.br .
9.3	Cópias dos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br e/ou www.pm.pi.gov.br .
10.2	O pedido de impugnação deverá ser enviado ao endereço eletrônico comissao.permanente.licitacoes@pm.pi.gov.br e/ou www.licitacoes-e.com.br .
10.3	O Pregoeiro divulgará o resultado da impugnação no endereço eletrônico eletrônico: www.licitacoes-e.com.br e/ou www.pm.pi.gov.br .
13.12	É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.
22.12	O presente edital poderá ser retirado no(s) seguinte(s) endereço(s) eletrônico(s): www.licitacoes-e.com.br , www.pm.pi.gov.br , www.tce.pi.gov.br .
22.14	Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, além dos Anexos mencionados na Parte Geral deste edital, os seguintes documentos: A) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA; B) ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO; C) ANEXO III - FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS; D) ANEXO IV - DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO; E) ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS; F) ANEXO VI - DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS; G) ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CF/88; H) ANEXO VIII - ORÇAMENTO; I) ANEXO IX - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Quartel do Comando Geral da PMPI, em Teresina, PI

Lindomar Casilho Melo - Cel PM

Comandante Geral da PMPI



Documento assinado eletronicamente por LINDOMAR CASTILHO MELO - Matr.0338930-8, Comandante Geral da PM-PI, em 03/08/2021, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1851995 e o código CRC 01852649.



POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
Av. Higino Cunha, 1750, Quartel do Comando Geral - Bairro Cristo Rei, Teresina/PI, CEP 64014-220
Telefone: (86) 3216-1200 - h p://www.pm.pi.gov.br/index.php

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00028.004021/2021-29

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PARTE GERAL

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – JUSTIFICATIVA E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

1.1. A jus fica va da necessidade da presente contratação objeto deste Termo de Referência está descrita na Parte Específica deste instrumento.

1.2. O objeto deste procedimento administra vo se enquadra nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/02, por se tratar de bens comuns, possuindo portanto padrões de desempenho e qualidade que podem ser obje vamente definidos através de especificações usuais no mercado.

1.3. A Parte Específica deste instrumento irá definir se o presente certame irá adotar o Sistema de Registro de Preços e, caso posi vo, se haverá formação de cadastro de reserva.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Referência é a aquisição do objeto descrito na Parte Específica deste instrumento, conforme condições, quan dades e exigências estabelecidas aqui, no Edital, no Termo de Contrato, bem como nos demais documentos que integram este processo de aquisição, independente de transcrição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor da contratação do presente termo está definido na Parte Específica.

3.2. No valor em questão estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. O prazo e local de entrega do objeto se encontram previstos na Parte Específica.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo previsto na Parte Específica, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser subs tuídos no prazo

previsto na Parte Específica, a contar da no ficação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo previsto na Parte Específica, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere o subitem anterior não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos, situação na qual será responsabilizado o fiscal ou comissão responsável pela fiscalização.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo ocorrerá mediante termo circunstanciado ou recibo, conforme definido na Parte Específica.

4.6. Nos termos do art. 15, § 8º, da Lei nº 8.666/1993, e art. 7º, 1º, do Decreto Estadual nº 15.093/2013, o recebimento provisório ou definitivo de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será feito por comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, podendo a Parte Específica deste Termo de Referência prever prazo inferior.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos bens descritos na nota fiscal apresentada.

5.4. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.7. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA, diretamente ao Fiscal do Contrato, que somente atestará a aquisição/fornecimento do objeto nos termos de referência e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.

5.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Fiscal do Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará

desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

5.10. A atualização só será devida em caso de mora imputável exclusivamente ao contratante.

5.11. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos, conforme Decreto Estadual 15.093/2013, arts. 5º e 6º:

a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

b) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certificado expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. A Parte Específica poderá prever, em conformidade com o disposto no Termo de Contrato, a prestação de garantia pelo licitante vencedor.

6.2. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993.

6.3. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

6.4. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 6.1 da Parte Específica deste instrumento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

7.1. A Parte Específica deste instrumento definirá a forma de adjudicação do objeto, que poderá ser global ou dividida por itens ou lotes.

8. CLÁUSULA OITAVA – ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Após o final da etapa de lances, o pregoeiro convocará a arrematante para anexar em campo próprio do sistema, no prazo definido na Parte Específica deste instrumento, a proposta de preços com os respectivos valores readequados ao último lance ofertado, contendo as especificações detalhadas

do objeto e documentação complementar, se for o caso, obedecendo integralmente ao Anexo III do edital (formulário de apresentação de proposta de preços).

- 8.1.1. A proposta deverá indicar a MARCA e o MODELO de todos os itens ofertados.
- 8.1.2. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de CATALÓGO dos itens cotados, que deverá ser apresentado no prazo máximo de 01 (um) dia.
- 8.1.3. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação ou inabilitação.
- 8.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor previsto no edital e a compatibilidade com as especificações técnicas do objeto, levando em consideração a última oferta oferecida pelo licitante na sessão.
- 8.3. A proposta comercial deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer ofertas de vantagens ou condições não previstas no instrumento convocatório.
- 8.4. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento e no edital.
- 8.5. Somente será considerada como a vencedora da licitação a proponente que apresentar o menor preço (ou maior desconto) e a proposta comercial de acordo com todas as condições fixadas no edital e seus anexos, após a equalização, classificação e realização dos lances, e que seja devidamente habilitada nos termos do item 8 do edital.
- 8.6. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências contidas no edital e anexos, extrapolem o preço máximo fixado, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que se opuserem a quaisquer disposições legais vigentes, ou manifestamente inexecutáveis, assim consideradas aquelas que não venham a ser demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.
- 8.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua executabilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
 - 8.7.1. Ques onamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;
 - 8.7.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
 - 8.7.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
 - 8.7.4. Verificação de notas fiscais dos objetos adquiridos pelo proponente;
 - 8.7.5. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
 - 8.7.6. Estudos setoriais;
 - 8.7.7. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
 - 8.7.8. Consulta à Controladoria-Geral do Estado;
 - 8.7.9. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 8.8. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos documentos enviados pelo licitante vencedor, o Pregoeiro exigirá apresentação de amostra do item no prazo de 10 (dez) dias corridos.

- 8.8.1. A amostra deverá ser encaminhada conforme local, data e horário estabelecidos pelo Pregoeiro a fim de ser analisada pelo Setor Requisitante e/ou Setor Técnico.
- 8.8.2. A amostra, catálogo, manual ou ficha técnica será submetido à análise comparativa com os aspectos técnicos exigidos na Parte Específica deste Termo de Referência.
- 8.8.3. A amostra, em análise, poderá vir a ser total ou parcialmente danificada, sem que isto implique qualquer ônus para a Contratante.
- 8.8.4. Em até 2 (dois) dias úteis após o prazo de envio da amostra, a Contratante remeterá ao Pregoeiro relatório, aprovando ou desaprovaando o item submetido à análise prévia.
- 8.8.5. Em sendo desaprovado o item ofertado pelo licitante vencedor da fase de lances, o Pregoeiro deverá não ficar o licitante classificado em segundo lugar para, observados os procedimentos dos subitens anteriores, também apresentar sua amostra ou ficha técnica do material.
- 8.8.6. Os procedimentos dos itens acima deverão ser repetidos até que seja verificada a comparabilidade da amostra ou das informações da ficha técnica com as especificações técnicas exigidas no Edital.
- 8.8.7. A amostra aprovada pela Contratante servirá de prova para a rejeição de material entregue em desconformidade com o Edital. Não será considerada como parte do material e somente será devolvida após o aceite definitivo da totalidade do item contratado.
- 8.8.8. A aprovação prévia de item mediante a análise de ficha técnica ou catálogo do fabricante durante a realização do pregão eletrônico não obriga a Contratante receber definitivamente o material se, por ocasião do aceite definitivo, for constatada desconformidade do material entregue com a prescrição editalícia.
- 8.8.9. A amostra reprovada somente poderá ser devolvida após exaurida a fase recursal.
- 8.8.10. O recolhimento da amostra (aprovada ou rejeitada) por parte do licitante se dará às expensas deste, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da comunicação pela Contratante para sua retirada, sob pena do material ser considerado abandonado.
- 8.9. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições do edital.
- 8.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.11. No caso de divergência entre o valor da cotação por extenso e em algarismo cardinal, será considerada a primeira, e havendo divergência entre o valor unitário e o valor total, será considerado o valor unitário, notadamente para efeito de julgamento e classificação das propostas de preços.
- 8.12. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9. CLÁUSULA NONA – DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos de habilitação serão os exigidos no Edital e ainda os previstos na Parte Específica deste instrumento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 10.1. Os documentos de qualificação técnica serão os exigidos no Edital e ainda os previstos na Parte Específica deste instrumento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei no. 8.666/93, e art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

11.1.1. A Parte Específica deste Termo de Referência poderá prever outras faltas e sanções ao Contratado, de acordo com as peculiaridades do objeto.

11.2. Conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002, comete infração administrativa aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

11.2.1. O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 11.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b) Impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Piauí e descredenciamento no CADUF/PI, pelo prazo de até cinco anos.

11.3. MULTA

a) A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos bens não fornecidos, compreendendo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

a.1) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e

a.2) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e

a.3) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindir o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

b) Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

b.1) Prestar informações inexatas ou obstaculizar o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;

b.2) Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e

b.3) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

c) Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

c.1) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

c.2) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

11.4. ADVERTÊNCIA

a) A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a.1) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Estado do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

a.2) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

a.3) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

11.5. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

a) A suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;

b) A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí será aplicada nos seguintes prazos e situações:

b.1) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

b.1.1) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Estado do Piauí;

b.1.2) Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes não tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b.2) Por um ano:

b.2.1) Quando a contratada se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante.

b.3) Por 02 (dois) anos, quando a contratada:

b.3.1) Não concluir os fornecimentos contratados;

b.3.2) Fornecer bens em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela contratante;

b.3.3) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Estado, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;

b.3.4) Praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

b.3.5) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

b.3.6) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio da contratante.

11.6. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

a) A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Estado do Piauí, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Estado do Piauí ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

b) A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

c) A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada à contratada nos casos em que:

c.1) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c.2) praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

c.3) demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

c.4) reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão de execução do contrato, sem consentimento prévio da contratante, em caso de reincidência;

c.5) apresentar qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;

c.6) praticar fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

d) Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

d.1) civilmente, nos termos do Código Civil;

d.2) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;

d.3) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

11.7. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

11.8. As sanções serão aplicadas, de acordo com a Lei Estadual nº 6.782/2016 e Decreto Estadual nº. 11.319/2004, pela Contratante, facultada a defesa prévia da interessada, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

11.9. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

12. CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. São obrigações da contratante:

12.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.3. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na Parte Específica.

13. CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e na sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

13.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

13.1.1.1. As indicações referentes ao objeto deverão ser aquelas exigidas no Edital. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no edital ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.

13.1.1.2. O objeto deve estar acompanhado dos itens previstos na Parte Específica.

13.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.1.3. Subsistir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Parte Específica, o objeto com avarias ou defeitos;

13.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo previsto na Parte Específica, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

13.1.7. Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

13.2. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na Parte Específica.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FISCALIZAÇÃO

14.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.4. A empresa vencedora do certame deverá dar garantia do fabricante conforme previsto na Parte Específica.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, mediante prévia manifestação da Procuradoria-Geral do Estado, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, na Lei 10.520/02 e demais normas federais e estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre o Termo de Referência deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui con das prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	<p>No contexto comunicacional de hoje, a internet permite não só a divulgação de notícias ins tucionais, mas também a u lização de outras cinco características do jornalismo desenvolvido na web: mul timedialidade/convergência, interatividade, hipertextualidade, personalização e memória. Nesse contexto, as redes sociais, por exercerem influência crescente junto à opinião pública e por serem importantes meios de comunicação direta com os públicos, são u lizadas, atualmente, como umas das principais ferramentas u lizadas pela PMPI para divulgação de seus eventos e solenidades, inclusive das ações sociais e operacionais. Para alimentar os perfis ins tucionais, a DCOM tem intensificado as produções audiovisuais e textuais, sendo possível perceber a resposta social às publicações.</p> <p>Para que o trabalho da Diretoria de Comunicação Social possa ser realizado em consonância com os avanços nos modos de se produzir e consumir informações, faz-se necessário que a PMPI possua estrutura sica, recursos materiais e tecnológicos. Com base nisso, mostra-se imprescindível a presente proposta de aquisição de equipamentos para a composição de um estúdio profissional adequado à produção de materiais de assessoria – em vídeo, áudio, e demais formatos possíveis – relacionados ao trabalho da Polícia Militar do Piauí, para tornar viáveis tanto os trabalhos já realizados quanto a execução de projetos de comunicação futuros.</p> <p>Atualmente, pela falta de estrutura e equipamentos básicos, as produções mul tidiárias da Diretoria de Comunicação Social têm sido feitas de forma improvisada. Por causa disso, em muitas ocasiões, os policiais integrantes da equipe u lizam equipamentos par culares para que a produção não seja interrompida, apesar de, em muitos casos, ser realizada de forma precária. Em outros casos, os membros se dispõem a doar, ou mesmo comprar – com recursos próprios – peças, equipamentos e insumos necessários para a con nuação do trabalho ou conserto de materiais danificados.</p> <p>Para a produção dos trabalhos audiovisuais, depois da redação dos roteiros, é essencial a existência de um estúdio de gravação com as características ideais para a qualidade do produto final, além dos equipamentos específicos para cada po de produção.</p>
1.3	(X) A presente licitação não adotará o Sistema de Registro de Preços.
2.1	Especificação do objeto: equipamentos para a produção de áudio, vídeo, comunicação, gravação, edição e acessórios, conforme especificados no quadro complementar 2.1 constante no final desta tabela.
3.1	O valor do presente contrato é de R\$ 69.946,31 (Sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos).
4.1	O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a par r da formalização do pedido, em remessa única, a ser entregue no endereço: QCG (Quartel do Comando Geral da PMPI), Diretoria de Comunicação da PMPI, Av. Higino Cunha, 1750, Ilhotas, CEP.: 64.014-220, Teresina – PI.
4.2	(x) Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias.

4.3	O objeto rejeitado deverá ser substituído no prazo de 20 (vinte) dias.
4.4	Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias.
4.5	(x) O recebimento ocorrerá mediante Recibo, conforme art. 7º, § 2º, do Decreto Estadual nº 15.093/2013.
5.1	O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (dias), contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
6.1	(x) Não será exigida garantia de execução da contratada.
7.1	(x) A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
8.1	O prazo para o licitante detentor da melhor proposta encaminhar proposta readequada ao último lance ofertado, em formato digital, via sistema, é de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da solicitação do pregoeiro.
8.8.2	Não se aplica a este caso.
9.1	Não se aplica a este caso.
10.1	<p>Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:</p> <p>"O licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de Capacidade Técnica de fornecimento para pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre que o licitante forneceu ou está fornecendo objetos da mesma natureza ou similares ao da presente licitação de modo satisfatório, no percentual de 30% (trinta por cento) do quantum total do objeto da licitação, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social registrado na junta comercial competente.</p> <p>O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) preferencialmente em papel membrado do órgão (ou empresa) emissor devendo conter, no mínimo, as seguintes informações: 1) razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor; 2) descrição do objeto contrato; 3) prazo de fornecimento e; 4) assinatura e nome legível do responsável pela gestão do fornecimento do objeto. Esses dados poderão ser utilizados pela PMPI para comprovação das informações."</p>
11.1.1	<p>Sem prejuízo das penalidades previstas na Parte Geral deste Termo de Referência, à CONTRATADA poderão ser aplicadas as seguintes sanções:</p> <p>1. Apenas as previstas na Parte Geral.</p>
12.3	<p>Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral, são deveres da CONTRATANTE:</p> <p>1. Apenas as previstas na Parte Geral.</p>
13.1.1.2	O objeto deve estar acompanhado de manual do usuário, com uma versão em português, bem como de dados que permitam identificar o fornecedor, a especificação, quantidade e o

	valor do material entregue.
13.1.3	O objeto com avarias ou defeitos deverá ser substituído no prazo de 20 (vinte) dias.
13.1.4	Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
13.2	Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral, são deveres da CONTRATADA: 1. Apenas as previstas na Parte Geral
14.4	(x) A empresa vencedora do certame deverá dar garantia do objeto contratado pelo período máximo definido pelo fabricante, a contar da data do fornecimento e aceite por parte da contratante.

QUADRO COMPLEMENTAR ITEM 2.1

LOTE 1 – CAPTAÇÃO DE IMAGENS					
Item	Especificação	Qtde	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1.	CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL\, TIPO VISOR:LCD ARTICULÁVEL DE 3.0" TOUCH SCREEN\, FORMATO GRAVAÇÃO IMAGEM:PADRÃO JPEG / RAW / MP4\, RESOLUÇÃO MÁXIMA:1920 X 1080 (30P/24P 25P)\, 1280 X 720 (60P / 50P)\, INTERFACE:USB\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:DISPARO CONTÍNUO DE ATÉ 5\,0 FPS\,ISO:100-12800\, CAPACIDADE MEMÓRIA:CARTÃO SD\, ACESSÓRIOS:BOLSA\, CARREGADOR BATERIA\, ALÇA DE PESCOÇO, CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL\, TIPO FOCO:MANUAL E AUTOMÁTICO\, TIPO VISOR:PENTA-ESPELHO\, FORMATO GRAVAÇÃO IMAGEM:PADRÃO JPEG E RAW\, RESOLUÇÃO MÁXIMA:24\,1 MEGAPIXELS\, INTERFACE:USB ALTA VELOCIDADE\, TIPO MEMÓRIA:CARTÕES SD/SDHC/SDXC\, CAPACIDADE MEMÓRIA:32 GB ATÉ 2 T\, ALIMENTAÇÃO CÂMERA:BATERIAS DE ION DE LITHIUM RECARREGÁVEL\, COMPATIBILIDADE:WINDOWS	2	UND	R\$ 4.249,60	R\$ 8.499,20
2.	FILMADORA PORTÁTIL\, TIPO ZOOM:ÓPTICO / DIGITAL\, AMPLITUDE ZOOM DIGITAL:90 X\, AMPLITUDE ZOOM ÓTICO:MÍNIMO DE 20 X\, TAMANHO MONITOR:2\,70 POL\, SISTEMA GRAVAÇÃO:HD INTERNO\, LUMINOSIDADE MÍNIMA:5 LX\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SAÍDA AV/HDMI/USB 2.0/VÍDEO COMPONENTE\,MÍNIMO 80GB\, TIPO:DIGITAL\, RESOLUÇÃO:1920 X 1080 PX, CÂMERA VÍDEO\, TIPO:COMPACTA\, RESOLUÇÃO:4K\, ZOOM ÓPTICO:12 X\, ZOOM DIGITAL:48 X\, CAPACIDADE MEMÓRIA:64 GB, FILMADORA PORTÁTIL\, TIPO ZOOM:ÓPTICO / DIGITAL\, AMPLITUDE ZOOM DIGITAL:30 X\, AMPLITUDE ZOOM ÓTICO:15 X\, SISTEMA GRAVAÇÃO:CARTÃO MEMÓRIA SD/SDHC/SDXC\, TIPO:DIGITAL\, RESOLUÇÃO:4K PX, CÂMERA DIGITAL\, RESOLUÇÃO:3840 X 2160 PIXELS\, ZOOM ÓPTICO:30 X\, ZOOM DIGITAL:6 X\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ALTA RESOLUÇÃO\, MEMÓRIA TIPO SD\, ALIMENTAÇÃO CÂMERA:BATERIA RECARREGÁVEL\, FORMATO DE GRAVAÇÃO:MP4\, MOV\, JPEG, FILMADORA PORTÁTIL\, TIPO ZOOM:DIGITAL\, AMPLITUDE ZOOM ÓTICO:25 X\, TAMANHO MONITOR:3\,2 POL\, SISTEMA GRAVAÇÃO:CARTÃO MEMÓRIA SD/SDHC/SDXC\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ENTRADA DE ÁUDIO\, SAÍDAS SDI/HDMI/USD	1	UND	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00

	MONOPÉ, MATERIAL: ALUMÍNIO ANODIZADO, ALTURA:175 CM,	2	UND	R\$	R\$
--	--	---	-----	-----	-----

3.	PESO:1.510 G, CAPACIDADE CARGA:5 KG, COR:PRETA, APLICAÇÃO:MÁQUINA FOTOGRÁFICA E FILMADORA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:4 SEÇÕES, PÉ EMBORRACHADO, ALTURA MÍNIMA 66,50 CM			649,00	1.298,00
4.	LENTE OBJETIVA DE MAQUINA FOTOGRAFICA, \, LENTE PARA CAMARA FOTOGRAFICA \ LENTE EF-S 10 18MM F/4.5-5.6 IS STM	1	UND	R\$ 1.896,00	R\$ 1.896,00
5.	LENTE OBJETIVA 50 MM DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA \ EF 50mm f/1.8 STM	1	UND	R\$ 884,99	R\$ 884,99
6.	ILUMINADOR DE LED \ 1X10-DIODO EMISSOR DE LUZ \ 1X CABO DE ALIMENTAÇÃO \ POTÊNCIA: 20W \ TENSÃO DE ENTRADA: 6V-17V \ ILUMINAÇÃO MAX: 1800LUX \ TEMPERATURA DE COR: 5500K / 3200K \ CONTROLE DE BRILHO: AJUSTÁVEL \ ÂNGULO DE ILUMINAÇÃO: 65 ° \ COM BATERIA ADEQUADA: NP-F970	1	UND	R\$ 592,44	R\$ 592,44
TOTAL					R\$ 16.170,63

LOTE 2 – ESTABILIZAÇÃO DE IMAGENS					
Item	Especificação	Qtde	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1.	ESTABILIZADOR - FOTOGRAFICO\ESTABILIZADOR INTELIGENTE COM GIMBAL E CÂMERA 4K ESTABILIZADA DE 3 EIXOS\, CAPTURA VÍDEOS EM 4K60 E FOTOS EM 12MP\, UTILIZA APLICATIVO PARA USO\, ACTIVE TRACK\, FACE TRACK\, MOTIONLAPSE E OUTRAS FUNÇÕES CRIATIVAS\, COM LINKS PARA SMARTPHONE IOS OU ANDROID ATRAVÉS DE ADAPTADORES LIGHTNING E USB TYPE-C INCLUÍDOS\, CONECTA-SE PARA USAR SEU SMARTPHONE COMO UMA TELA MAIOR\, UTILIZA UM SENSOR DE 1 / 2\,3 POLEGADAS E UMA ABERTURA F / 2.0 PARA IMAGENS NÍTIDAS E VÍVIDAS DE 80 ° FO \, BATERIA LI-PO INTERNA RECARREGÁVEL DURA MÍNIMA DE ATÉ 140 MINUTOS\, TAXA DE BITS DE ATÉ 100 MB / S\, GRAVAÇÃO EM CARTÃO MICROSD DE ATÉ 256 GB. \ COM TRIPÉ E CASE. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA\, EQUIVALENTE\, SIMILAR OU SUPERIOR. DOBRÁVEL & PORTÁTIL; BATERIA TIPO: 18650 LI-ION; CAPACIDADE: 2450 MAH APROXIMADAMENTE; ENERGIA: 17\,64 WH; TENSÃO: 7\,2 V; CONEXÃO SEM FIO: B LUETOOTH. MODELO DE REFERÊNCIA: TIPO DJI OSMO MOBILE 3 VERSÃO COMBO\, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR., GIMBAL DE MÃO PROFISSIONAL COM CÂMERA DE 4K COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: M ANOPLA COM DIMENSÕES DE 61\,8 X 48\,2 X 161\,5 MM; PESO APROXIMADO DE 201G; DISPOSITIVOS MÓVEIS SUPOSTOS\, TAMANHO MÁXIMO DE 158\,2 (C) X 77\,9 (L) MM; GIMBAL COM PESO APROXIMADO DE 268G\, POTÊNCIA (COM CÂMERA) 8W; VELOCIDADE MÁXIMA DE CONTROLE 120°/S; CÂMERA COM PIXELS EFETIVOS DE 12\,40M (TOTAL DE PIXELS: 12\,76M)\, LENTES 3.5X ZOOM ÓTICO EQUIVALENTE A 22-77 MM E F2.8 (WIDE) F5.2 (TELE); INTERVALO ISO 100 A 3200 (VÍDEO) E 100 A 1600 (FOTO) COM VELOCIDADE DO OBTURADOR ELETRÔNICO 8S A 1/8000S; RESOLUÇÃO DE VÍDEO DE UHD: 4K; CÂMERA GIMBAL C/SENSOR.	1	UND	R\$ 2.427,40	R\$ 2.427,40

2.	ESTABILIZADOR GIMBAL PARA CÂMERAS MIRRORLESS/DSLR \ 3 EIXOS (PPITCH, ROLL, YAW) \ FAIXA DE ROTAÇÃO: YAW (PAN): 360° PITCH (INCLINAÇÃO TILT): 314° (-132 TO 182°) ROLL: 314° (-67 TO 247°) \ TIPO DE BATERIA: 2 X 18650 \ CAPACIDADE (MAH): 2600 MAH \ DURAÇÃO DA BATERIA: 12 A 14 HORAS \ CARREGADOR \	1	UND	R\$ 3.866,57	R\$ 3.866,57
----	--	---	-----	-----------------	-----------------

	MONTAGEM DA PLACA DE LIBERAÇÃO RÁPIDA \ CABO USB TIPO C \ MINI TRIPÉ MINI PLATE				
3.	AERONAVES TELEGUIADAS \ DRONES - SISTEMAS DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS – MULTIROTOR \ COM HARDWARE E SOFTWARE FILMAR EM CONDIÇÕES DE POUCA LUZ, EQUIPADO COM SENSOR DE 1/2 POLEGADA IMX586, CAPAZ DE GRAVAR VÍDEO EM HDR \ TIRAR FOTOS DE 48MP, GRAVAR EM CÂMERA LENTA A 1080P/240FPS E VÍDEOS DE 4K/60FPS \ ARMAZENAMENTO INTERNO: 8 GB \ DURAÇÃO MÁXIMA DE VOO: 34 MINUTOS \ ALTITUDE MÁXIMA DE DECOLAGEM: 5.000 M \ RESISTÊNCIA MÁXIMA AO VENTO: 8,5 A 10,5 M/S (NÍVEL 5) \ SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE VÍDEO OCUSYNC 2.0 \ TRANSMISSÃO DE VÍDEO DE 1080P A 10 KM, COMUNICAÇÃO DE FREQUÊNCIA DUPLA DE 2,4/5,8GHZ \ DETECÇÃO DE OBSTÁCULO FRONTAL, TRASEIRO E INFERIOR \ ILUMINAÇÃO AUXILIAR \ HÉLICES COM REDUÇÃO DE RUÍDOS \ VELOCIDADE: MODO ESPORTIVO 68,4 KM/H, MODO NORMAL 43,2 KM/H, MODO TRIPÉ 18 KM/H \ COMPATÍVEL COM CARTÕES MICROSD COM CAPACIDADE DE ATÉ 256 GB	1	UND	R\$ 10.602,39	R\$ 10.602,39
TOTAL					R\$ 16.896,36

LOTE 3 – CAPTAÇÃO DE SOM					
Item	Especificação	Qtde	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1.	MICROFONE\, TIPO LAPELA SEM FIO\, ALIMENTAÇÃO BATERIA DE 9 V\, RESPOSTA FREQUÊNCIA 50HZ A 20 KHZ\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DISPLAY LED;1 RECEPTOR\, ALCANCE 100 M\, RELAÇÃO SINAL/ RUIDO 98 DB, MICROFONE\, TIPO LAPELA SEM FIO\, ALIMENTAÇÃO BATERIA/ PILHA\, TIPO RECEPTOR UHF\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DISPLAY ABRANGENTE\, SAÍDA RF SELECIONÁVEL\, RECEP\, APLICAÇÃO ESTÚDIO\, PALCO E AUDITÓRIO\, PADRÃO UNIDIRECIONAL\, COR PRETA\, ACABAMENTO FOSCO, MICROFONE\, TIPO LAPELA SEM FIO\, ALIMENTAÇÃO PILHAS AA\, RESPOSTA FREQUÊNCIA 60 HZ A 15 KHZ +/- 3DB KHZ\, TIPO RECEPTOR ANTENA EXTERNA\, ALCANCE 100 M\, PADRÃO OMNIDIRECIONAL\, SENSIBILIDADE- 30DB +/-3DB DB\, POTÊNCIA DE SAÍDA 20 MW\, NÍVEL DE SAÍDA DE ÁUDIO 120 MV\, RELAÇÃO SINAL/ RUIDO 80 DB	1	UND	R\$ 3.897,32	R\$ 3.897,32
2.	MICROFONE\ TIPO: DE MÃO COM FIO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SISTEMA MICROFONE MODULAR(CÁPSULA E FONTE ALIMEN-\, PADRÃO:DE CAPTAÇÃO DIRECIONAL P/ CAPTAÇÃO DE SONS A, MICROFONE\, TIPO:DE MÃO COM FIO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PARA EVENTOS E CERIMONIAS\, APLICAÇÃO:ELETRONICAS\, REFERÊNCIA SM-58 P4	4	UND	R\$ 195,81	R\$ 783,24
3.	PEDESTAL MICROFONE\, MATERIAL BASE SUSTENTAÇÃO:FERRO\, TIPO:DE MESA\, FORMATO BASE:REDONDO\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA\, COR:PRETA\, TIPO HASTE:FLEXÍVEL COM SUPORTE\, COMPRIMENTO HASTE:30 CM	4	UND	R\$ 90,63	R\$ 362,52

4.	GRAVADOR SOM, GRAVADOR E REPRODUTOR DE SOM\ TIPO:PORTÁTIL\ MEIO GRAVAÇÃO:CARTÃO DE MEMÓRIA\ FONTE ALIMENTAÇÃO:PILHA OU BATERIA RECARREGÁVEL\ CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:DISPLAY LCD/EXTENSÃO WAV E MP3/PORTA USB\ FUNÇÕES:PRÉ-GRAVAÇÃO/SOFTWARE PARA EDIÇÃO DE ÁUDIO\ TIPO SAÍDA:AUTOFALANTE EMBUTIDOS (BUILT-IN) \ O GRAVADOR DIGITAL DE 4 ENTRADAS / 4 FAIXAS COM SISTEMA DE MICROFONE X/YÉ UM DISPOSITIVO DE GRAVAÇÃO PORTÁTIL COM INTERFACE USB DE 2 CANAIS EM UNIDADE, UNIDADE ÚNICA QUE CABE NA PALMA DA MÃO.	1	UND	R\$ 2.078,66	R\$ 2.078,66
----	--	---	-----	-----------------	-----------------

O GRAVADOR DIGITAL ZOOM H4N PRO APRESENTA UMA CÁPSULA ESTÉREO X/Y CAPAZ DE LIDAR COM ATÉ 140DB SPL, CONTANDO COM DOIS PRÉ-AMPLIFICADORES DE BAIXO RUÍDO E UMA COMBINAÇÃO DE SAÍDA XLR E 1/4				
TOTAL				R\$ 7.121,74

LOTE 4 – PROCESSAMENTO DE IMAGENS					
Item	Especificação	Qtde	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1.	MICROCOMPUTADOR ALL IN ONE\, TELA: SUPERIOR A 21\,5 POL\, INTERATIVIDADE DA TELA: SEM INTERATIVIDADE\, MEMÓRIA RAM: SUPERIOR A 4 GB\, NÚCLEOS POR PROCESSADOR: 5 A 8\, ARMAZENAMENTO HDD: 250 GB A 1 TB.\, ARMAZENAMENTO SSD\, FONTE ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICA\, SISTEMA OPERACIONAL: PROPRIETÁRIO\, GARANTIA ON SITE: 36 MESES	1	UND	R\$ 3.910,00	R\$ 3.910,00
2.	NOTEBOOK \ CONSOLE DE EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS \ PROCESSADOR \ GERAÇÃO 10ª \ VELOCIDADE 3.6GHZ MEMÓRIA CACHE 6MB \ MEMÓRIA RAM 8GB \ CAPACIDADE DO SSD 256GB \ INTERFACE DO SSD M.2 PCIE NVME \ LCD 15,6" HD (1366X768)	3	UND	R\$ 4.121,95	R\$ 12.365,85
3.	MICROCOMPUTADOR\, MEMÓRIA RAM: 32 GB\, NÚCLEOS POR PROCESSADOR: 5 A 8\, ARMAZENAMENTO HDD: 2 TB.\, ARMAZENAMENTO SSD: ATÉ 2 TB\, MONITOR: 21 A 29 POL\, COMPONENTES ADICIONAIS: COM TECLADO E MOUSE\, SISTEMA OPERACIONAL: PROPRIETÁRIO\, GARANTIA ON SITE: SUPERIOR A 36 MESES	1	UND	R\$ 7.400,00	R\$ 7.400,00

4.	<p>SCANNER\, TIPO:MESA\, RESOLUÇÃO DIGITALIZAÇÃO HARDWARE:2400 X 4800 DPI\, NÍVEL ESCALA CINZA:256\, TIPO DIGITALIZAÇÃO:CORES\, TIPO DRIVES:TWAIN\, TIPO ALIMENTADOR PAPEL:AUTOMÁTICO\, FORMATO:216 X 297\, RESOLUÇÃO ÓTICA:2400 DPI\, DIMENSÕES FÍSICAS:287 X 450 X 65 MM\, SOFTWARE:OCR\, COMPATIBILIDADE:WINDOWS 98/2000/XP\, APLICAÇÃO:RECONHECIMENTO DE CARACTERES, SCANNER\, TIPO:MESA\, CROMATISMO:MONOCROMÁTICO\, TAMANHO:A4\, CARTA E OFÍCIO\, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:100/240 VCA\, NÚMERO USUÁRIOS:PARALELA\, VELOCIDADE DIGITALIZAÇÃO:FOTO COLORIDA/TECNOLOGIA 3CC/4.800 DPI\, RESOLUÇÃO DIGITALIZAÇÃO ÓTICA:122 X 1200 DPI\, RESOLUÇÃO DIGITALIZAÇÃO AVANÇADA:ILIMITADA\, NÍVEL ESCALA CINZA:600 DPI\, TIPO DIGITALIZAÇÃO:CORES\, INTERFACE:USB\, TIPO ALIMENTADOR PAPEL:AUTOMÁTICO PARA ATÉ 50 PÁGINAS/OFÍCIO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONVENCIONAL TIPO 1/SOFTWARE INCLUINDO CD ROM/MI-\, ADAPTADORES:SLIDES NEGATIVO/POSITIVO/35MM/ATÉ 3000 PPD\, COMPATIBILIDADE:WINDOWS 98/NT/XP/2000\, APLICAÇÃO:DIGITALIZAÇÃO DE DOCUM, SCANNER\, TIPO:MESA\, CROMATISMO:POLICROMÁTICO\, TAMANHO:A4\, CARTA E OFÍCIO\, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:110/220 V\, PROFUNDIDADE BIT:4/8 BIT\, RESOLUÇÃO DIGITALIZAÇÃO HARDWARE:4800 X 4800 DPI\, RESOLUÇÃO DIGITALIZAÇÃO ÓTICA:4800 X 4800 DPI\, NÍVEL ESCALA CINZA:256\, TIPO DIGITALIZAÇÃO:CORES\, INTERFACE:USB\, TIPO ALIMENTADOR PAPEL:AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS CAPACIDADE FRENTE/VERSO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:VELOCIDADE DE 15 A 20 PPM (SIMPLEX)\, SOFTWARE:OCR\, COMPATIBILIDADE:WINDOWS NT 4.0/98/2000/XP/PROFISSIONAL\, APLICAÇÃO:DIGITALIZAÇÃO DE</p>	1	UND	R\$ 670,00	R\$ 670,00
----	--	---	-----	---------------	------------

	DOCUMENTOS\, TIPO ESCANEAMENTO:TIFF/TIFF COMPACTADO/BMP/PCX/JPEG/FPX/GIF/PNG/TXT/ FREQUÊNCIA:50/6				
5.	TELEVISOR\, TAMANHO TELA:60 POL\, VOLTAGEM:BIVOLT V\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SMART TV\, FULL HD\, ENTRADAS HDMI/USB\, CONVERSOR DI\, TIPO TELA:LED\, ACESSÓRIOS:CONTROLE REMOTO/SLEEP TIME/VHF/UHF E TV A CABO	1	UND	R\$ 2.803,51	R\$ 2.803,51
TOTAL					R\$ 27.149,36

LOTE 5 – SUPORTE DE TEXTO					
Item	Especificação	Qtde	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1.	TELEPROMPTER\, MATERIAL ESTRUTURA:ALUMÍNIO\, TIPO MONITOR:LCD\, TAMANHO MONITOR:19 POL\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA\, COMPONENTES:CABO SVGA MÍNIMO 15M\, APLICAÇÃO:ESTUDIO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SOFTWARE PARA EXIBIÇÃO DE TEXTOS, TELEPROMPTER\, MATERIAL ESTRUTURA:ALUMÍNIO\, TIPO MONITOR:LCD\, TAMANHO MONITOR:19 POL\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA\, COMPONENTES:CABO VGA MÍNIMO 8M\, SUPORTE PARA CÂMERA DE MÃO\, APLICAÇÃO:GRAVAÇÃO DE VIDEOS\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SOFTWARE PARA EXIBIÇÃO DE TEXTOS	1	UND	R\$ 2.608,22	R\$ 2.608,22
TOTAL					R\$ 2.608,22
TOTAL GERAL					R\$ 69.946,31

LOTES	VALOR
1	R\$ 16.170,63
2	R\$ 16.896,36
3	R\$ 7.121,74
4	R\$ 27.149,36
5	R\$ 2.608,22
Total Geral	R\$ 69.946,31

Termo de Referência Elaborado por:

Elza Rodrigues Ferreira – Ten Cel PM
Integrante Requisitante

Paulo Rogério de Sousa Brito – Sgt PM
Integrante Técnico

APROVO o presente termo conforme disposto no inciso II, do art. 14, da Lei Estadual nº 7.482/2021.

Lindomar Cas Iho Melo – Cel PM

Comandante Geral da PMPI



Documento assinado eletronicamente por PAULO ROGÉRIO DE SOUSA BRITO - Matr.0206366-2, 3º Sargento PM-PI, em 03/08/2021, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por LINDOMAR CASTILHO MELO - Matr.0338930-8, Comandante Geral da PM-PI, em 03/08/2021, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por ELZA RODRIGUES FERREIRA - Matr.0014287-5, Tenente Coronel PM-PI, em 03/08/2021, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2056070 e o código CRC B3D7E352.

ANEXO II
MINUTA DO CONTRATO

Disponível no sítio eletrônico da PGE-PI – Contrato Padrão – Versão Fevereiro/2021

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS Nº (...) QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA (órgão ou entidade), E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA (...)

O Estado do Piauí, por intermédio da (órgão ou entidade), inscrita no CNPJ sob o nº (...), doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede (endereço completo), neste ato representado por seu (CARGO DO ORDENADOR DE DESPESA), Sr(a). (...), portador(a) da Cédula de Identidade nº (...), inscrito (a) no CPF sob o nº (...); e a Empresa (...) com sede e foro na cidade de (...) Estado do (...), estabelecida à (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (...), aqui representada por (nome completo, cargo) inscrito(a) no CPF sob o nº (...), portador(a) da carteira de identidade RG nº (...), doravante denominada abreviadamente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do Pregão Eletrônico nº (...) conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº (...), vinculado ao Parecer Jurídico PGE/PLC nº (...) e o que mais consta dos citados autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, bem como com o Decreto Estadual nº 15.093/2013, os quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

PARTE GERAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo Administrativo discriminado na **Parte Específica**, incluído o termo de referência que acompanha o edital, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, projetos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição do objeto descrito na **Parte Específica** deste Contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência do Edital do Pregão identificado no preâmbulo, e na proposta nele vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. O prazo e local de entrega do objeto se encontram previstos na **Parte Específica**.

3.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo previsto na **Parte Específica**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo previsto na **Parte Específica**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo previsto na **Parte Específica**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

3.4.1. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere o subitem anterior artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que

comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos, situação na qual será responsabilizado o fiscal ou comissão responsável pela fiscalização.

3.5. O recebimento provisório ou definitivo ocorrerá mediante termo circunstanciado ou recibo, conforme definido na **Parte Específica**.

3.6. Nos termos do art. 15, § 8º, da Lei nº 8.666/1993, e art. 7º, 1º, do Decreto Estadual nº 15.093/2013, o recebimento provisório ou definitivo de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será feito por comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

3.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor do presente Termo de Contrato está previsto na **Parte Específica**.

4.2. No valor em questão estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, podendo a **Parte Específica** deste Contrato prever prazo inferior.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos bens descritos na nota fiscal apresentada.

5.4. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.7. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA, diretamente ao Fiscal deste Contrato, que somente atestará a aquisição/fornecimento do objeto nomes de referência e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.

5.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Gestor deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I=(TX/100)/365$$

$$EM= I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

5.10. A atualização só será devida em caso de mora imputável exclusivamente ao contratante.

5.11. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos, conforme Decreto Estadual 15.093/2013, arts. 5º e 6º:

a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, aplicando-se o índice IPCA-E, salvo se outro for definido na **Parte Específica** deste Contrato.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, conforme classificação descrita na **Parte Específica** deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. A **Parte Específica** poderá prever, em conformidade com o disposto no Edital, a prestação de garantia pelo licitante vencedor.

8.2. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.3. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

8.4. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 8.1 da **Parte Específica** deste contrato.

CLAÚSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLAÚSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e na sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

10.1.1.1. As indicações referentes ao objeto deverão ser aquelas exigidas no Edital. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no edital ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.

10.1.1.2. O objeto deve estar acompanhado dos itens previstos na **Parte Específica**.

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na **Parte Específica**, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo previsto na **Parte Específica**, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.1.7. Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

10.2. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execu o do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário   regulariza o das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos   autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. A empresa vencedora do certame deverá dar garantia do fabricante conforme previsto na **Parte Específica**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SAN OES ADMINISTRATIVAS

12.1. As penalidades administrativas aplicáveis   Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei no. 8.666/93, e art. 7  da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das san oes previstas neste Contrato.

12.1.1. A **Parte Específica** deste Contrato poderá prever outras faltas e san oes ao Contratado, de acordo com as peculiaridades do objeto.

12.2. Conforme art. 7  da Lei .10.520/2002, comete infra o administrativa aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documenta o exigida no edital, apresentar documenta o falsa, ensejar o retardamento da execu o de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execu o do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declara o falsa ou cometer fraude fiscal.

12.2.1. O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infra oes discriminadas no subitem 12.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes san oes:

- a)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b)** Impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Piauí e descredenciamento no CADUF/PI, pelo prazo de até cinco anos.

12.3. MULTA

a) A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execu o do contrato será calculada sobre o valor dos bens não fornecidos, competindo sua aplica o ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

a.1) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e

a.2) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e

a.3) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindir o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

b). Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

b.1) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;

b.2) Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e

b.3) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

c) Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

c.1) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

c.2) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

12.4. ADVERTÊNCIA

a) A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a.1) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Estado do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

- a.2)** Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- a.3)** Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

12.5. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

a) A suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;

b) A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí será aplicada nos seguintes prazos e situações:

b.1) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

b.1.1) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Estado do Piauí;

b.1.2) Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b.2) Por um ano:

b.2.1) Quando a contratada se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante.

b.3) Por 02 (dois) anos, quando a contratada:

b.3.1) Não concluir os fornecimentos contratados;

b.3.2) Fornecer bens em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela contratante;

b.3.3) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Estado, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;

b.3.4) Praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

b.3.5) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

b.3.6) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da contratante.

12.6. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

a) A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Estado do Piauí, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Estado do Piauí ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

b) A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

c) A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada à contratada nos casos em que:

c.1) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c.2) praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

c.3) demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

c.4) reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da contratante, em caso de reincidência;

c.5) apresentar qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;

c.6) praticar fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

d) Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

d.1) civilmente, nos termos do Código Civil;

d.2) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;

d.3) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

12.7. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

12.8. As sanções serão aplicadas, de acordo com a Lei Estadual nº 6.782/2016 e Decreto Estadual nº. 11.319/2004, pela Contratante, facultada a defesa prévia da interessada, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

12.9. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A rescisão por não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 8.666/93:

13.3.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

13.3.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;

13.3.3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

13.3.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

13.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, mediante prévia manifestação da Procuradoria-Geral do Estado, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, na Lei 10.520/02 e demais normas federais e estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15.1. A vigência e validade deste instrumento decorrerão de sua assinatura, conforme previsto na **Parte Específica**, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, na Imprensa Oficial, que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do Parágrafo Único do Artigo 61 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.2. A vigência do contrato somente poderá ser prorrogada nos seguintes casos, conforme art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93, após a oitiva da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí:

a) alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Teresina (PI), como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Contrato.

PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre o Contrato deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	Processo Administrativo: 00028.004021/2021-29 Espécie de Licitação: Pregão eletrônico sem sistema de registro de preços.
2.1	O objeto do presente contrato é a aquisição de equipamentos para a produção de áudio, vídeo, comunicação, gravação, edição e acessórios, conforme especificados no quadro complementar 2.1 constante no final desta tabela. Discriminação do objeto:
3.1.	O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir da formalização do pedido, em remessa única, a ser entregue no endereço: QCG (Quartel do Comando Geral da PMPI), Diretoria de Comunicação da PMPI, Av. Higinio Cunha, 1750, Ilhotas, CEP.: 64.014-220, Teresina – PI.

3.2	Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias.																																				
3.3	O objeto rejeitado deverá ser substituído no prazo de 20 (vinte) dias.																																				
3.4	Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias.																																				
3.5	O recebimento ocorrerá mediante Recibo, conforme art. 7º, § 2º, do Decreto Estadual nº 15.093/2013.																																				
4.1.	O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 69.946,31 (Sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos).																																				
5.1.	O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (dias), contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.																																				
6.1.1.	Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o índice IPCA-E, conforme já indicado na Parte Geral deste Contrato.																																				
7.1.	As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, para o exercício de (2021), na classificação abaixo:																																				
	<table border="1"> <tr> <td>Unidade Gestora</td> <td>26101</td> <td>Polícia Militar</td> </tr> <tr> <td>Função</td> <td>06</td> <td>Segurança Pública</td> </tr> <tr> <td>Subfunção</td> <td>126</td> <td>Tecnologia da informação</td> </tr> <tr> <td>Programa de governo</td> <td>0003</td> <td>Piauí seguro</td> </tr> <tr> <td>Projeto/Atividade</td> <td>2901</td> <td>Gestão de Tecnologias da Informação</td> </tr> <tr> <td>Fonte</td> <td>100</td> <td>Recurso do tesouro estadual</td> </tr> <tr> <td>Natureza de despesa</td> <td>4.4.90.52</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Elemento de despesa</td> <td>52</td> <td>Equipamento material permanente</td> </tr> <tr> <td>Saldo orçamentário</td> <td></td> <td>R\$ 53,69 (cinquenta e três reais e sessen centavos)</td> </tr> <tr> <td>Saldo de nota de reserva</td> <td></td> <td>R\$ 69.946,31 (sessenta e nove mil novecentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos) 2021NR00163</td> </tr> <tr> <td>Saldo total</td> <td></td> <td>R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)</td> </tr> <tr> <td>Território de desenvolvimento (área a</td> <td></td> <td>TD 4 (Entre - Rios)</td> </tr> </table>	Unidade Gestora	26101	Polícia Militar	Função	06	Segurança Pública	Subfunção	126	Tecnologia da informação	Programa de governo	0003	Piauí seguro	Projeto/Atividade	2901	Gestão de Tecnologias da Informação	Fonte	100	Recurso do tesouro estadual	Natureza de despesa	4.4.90.52		Elemento de despesa	52	Equipamento material permanente	Saldo orçamentário		R\$ 53,69 (cinquenta e três reais e sessen centavos)	Saldo de nota de reserva		R\$ 69.946,31 (sessenta e nove mil novecentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos) 2021NR00163	Saldo total		R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)	Território de desenvolvimento (área a		TD 4 (Entre - Rios)
Unidade Gestora	26101	Polícia Militar																																			
Função	06	Segurança Pública																																			
Subfunção	126	Tecnologia da informação																																			
Programa de governo	0003	Piauí seguro																																			
Projeto/Atividade	2901	Gestão de Tecnologias da Informação																																			
Fonte	100	Recurso do tesouro estadual																																			
Natureza de despesa	4.4.90.52																																				
Elemento de despesa	52	Equipamento material permanente																																			
Saldo orçamentário		R\$ 53,69 (cinquenta e três reais e sessen centavos)																																			
Saldo de nota de reserva		R\$ 69.946,31 (sessenta e nove mil novecentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos) 2021NR00163																																			
Saldo total		R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)																																			
Território de desenvolvimento (área a		TD 4 (Entre - Rios)																																			

	ser beneficiada - exclusiva)	
	Fundamento: Emenda Impositiva do Deputado Estadual Carlos Augusto 41, ano 2021, número I0111.	
8.1.	Não será exigida garantia de execução da contratada.	
9.3	Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral, são deveres da CONTRATADA: 1. Apenas as previstas na Parte Geral	
10.1.1.2	O objeto deve estar acompanhado de manual do usuário, com uma versão em português, bem como de dados que permitam identificar o fornecedor, a especificação, quantidade e o valor do material entregue.	
10.1.3	O objeto com avarias ou defeitos deverá ser substituído no prazo de 20 (vinte) dias.	
10.1.4.	Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.	
10.2.	Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral , são deveres da CONTRATADA: 1. Apenas as previstas na Parte Geral	
11.4.	A empresa vencedora do certame deverá dar garantia do objeto contratado pelo período máximo definido pelo fabricante, a contar da data do fornecimento e aceite por parte da contratante.	
12.1.1	Sem prejuízo das penalidades previstas na Parte Geral deste Termo de Referência, à CONTRATADA poderão ser aplicadas as seguintes sanções: 1. Apenas as previstas na Parte Geral.	
15.1.	O prazo de vigência do contrato será de (dias/meses) , contados a partir de dd/mm/aaaa.	

Quadro Complementar item 2.1

LOTE 1 – CAPTAÇÃO DE IMAGENS					
Item	Especificação	Qtde	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	<p>CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL\, TIPO VISOR:LCD ARTICULÁVEL DE 3.0" TOUCH SCREEN\, FORMATO GRAVAÇÃO IMAGEM:PADRÃO JPEG / RAW / MP4\, RESOLUÇÃO MÁXIMA:1920 X 1080 (30P/24P 25P)\, 1280 X 720 (60P / 50P)\, INTERFACE:USB\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:DISPARO CONTÍNUO DE ATÉ 5\,0 FPS\,ISO:100-12800\, CAPACIDADE MEMÓRIA:CARTÃO SD\, ACESSÓRIOS:BOLSA\, CARREGADOR BATERIA\, ALÇA DE PESCOÇO, CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL\, TIPO FOCO:MANUAL E AUTOMÁTICO\, TIPO VISOR:PENTA-ESPELHO\, FORMATO GRAVAÇÃO IMAGEM:PADRÃO JPEG E RAW\, RESOLUÇÃO MÁXIMA:24\,1 MEGAPIXELS\, INTERFACE:USB ALTA VELOCIDADE\, TIPO MEMÓRIA:CARTÕES SD/SDHC/SDXC\, CAPACIDADE MEMÓRIA:32 GB ATÉ 2 T\, ALIMENTAÇÃO CÂMERA:BATERIAS DE ION DE LITHIUM RECARREGÁVEL\, COMPATIBILIDADE:WINDOWS</p>	2	UND		
2	<p>FILMADORA PORTÁTIL\, TIPO ZOOM:ÓPTICO / DIGITAL\, AMPLITUDE ZOOM DIGITAL:90 X\, AMPLITUDE ZOOM ÓTICO:MÍNIMO DE 20 X\, TAMANHO MONITOR:2\,70 POL\, SISTEMA GRAVAÇÃO:HD INTERNO\, LUMINOSIDADE MÍNIMA:5 LX\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SAÍDA AV/HDMI/USB 2.0/VÍDEO COMPONENTE\,MÍNIMO 80GB\, TIPO:DIGITAL\, RESOLUÇÃO:1920 X 1080 PX, CÂMERA VÍDEO\, TIPO:COMPACTA\, RESOLUÇÃO:4K\, ZOOM ÓPTICO:12 X\, ZOOM DIGITAL:48 X\, CAPACIDADE MEMÓRIA:64 GB, FILMADORA PORTÁTIL\, TIPO ZOOM:ÓPTICO / DIGITAL\, AMPLITUDE ZOOM DIGITAL:30 X\, AMPLITUDE ZOOM ÓTICO:15 X\, SISTEMA GRAVAÇÃO:CARTÃO MEMÓRIA</p>	1	UND		

	SD/SDHC/SDXC\, TIPO:DIGITAL\, RESOLUÇÃO:4K PX, CÂMERA DIGITAL\, RESOLUÇÃO:3840 X 2160 PIXELS\, ZOOM ÓPTICO:30 X\, ZOOM DIGITAL:6 X\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ALTA RESOLUÇÃO\, MEMÓRIA TIPO SD\, ALIMENTAÇÃO CÂMERA:BATERIA RECARREGÁVEL\, FORMATO DE GRAVAÇÃO:MP4\, MOV\, JPEG, FILMADORA PORTÁTIL\, TIPO ZOOM:DIGITAL\, AMPLITUDE ZOOM ÓTICO:25 X\, TAMANHO MONITOR:3\,2 POL\, SISTEMA GRAVAÇÃO:CARTÃO MEMÓRIA SD/SDHC/SDXC\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ENTRADA DE ÁUDIO\, SAÍDAS SDI/HDMI/USD				
3	MONOPÉ, MATERIAL: ALUMÍNIO ANODIZADO, ALTURA:175 CM, PESO:1.510 G, CAPACIDADE CARGA:5 KG, COR:PRETA, APLICAÇÃO:MÁQUINA FOTOGRÁFICA E FILMADORA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:4 SEÇÕES, PÉ EMBORRACHADO, ALTURA MÍNIMA 66,50 CM	2	UND		
4	LENTE OBJETIVA DE MAQUINA FOTOGRAFICA, \, LENTE PARA CAMARA FOTOGRAFICA \ LENTE EF-S 10 18MM F/4.5-5.6 IS STM	1	UND		
5	LENTE OBJETIVA 50 MM DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA \ EF 50mm f/1.8 STM	1	UND		
6	ILUMINADOR DE LED \ 1X10-DIODO EMISSOR DE LUZ \ 1X CABO DE ALIMENTAÇÃO \ POTÊNCIA: 20W \ TENSÃO DE ENTRADA: 6V-17V \ ILUMINAÇÃO MAX: 1800LUX \ TEMPERATURA DE COR: 5500K / 3200K \ CONTROLE DE BRILHO: AJUSTÁVEL \ ÂNGULO DE ILUMINAÇÃO: 65 ° \ COM BATERIA ADEQUADA: NP-F970	1	UND		
TOTAL					

LOTE 2 – ESTABILIZAÇÃO DE IMAGENS					
Item	Especificação	Qtde	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	<p>ESTABILIZADOR FOTOGRAFICO\ESTABILIZADOR INTELIGENTE COM GIMBAL E CÂMERA 4K ESTABILIZADA DE 3 EIXOS\, CAPTURA VÍDEOS EM 4K60 E FOTOS EM 12MP\, UTILIZA APLICATIVO PARA USO\, ACTIVE TRACK\, FACE TRACK\, MOTIONLAPSE E OUTRAS FUNÇÕES CRIATIVAS\, COM LINKS PARA SMARTPHONE IOS OU ANDROID ATRAVÉS DE ADAPTADORES LIGHTNING E USB TYPE-C INCLUÍDOS\, CONECTA-SE PARA USAR SEU SMARTPHONE COMO UMA TELA MAIOR\, UTILIZA UM SENSOR DE 1 / 2\,3 POLEGADAS E UMA ABERTURA F / 2.0 PARA IMAGENS NÍTIDAS E VÍVIDAS DE 80 ° FO V\, BATERIA LI-PO INTERNA RECARREGÁVEL DURA MÍNIMA DE ATÉ 140 MINUTOS\, TAXA DE BITS DE ATÉ 100 MB / S\, GRAVAÇÃO EM CARTÃO MICROSD DE ATÉ 256 GB. \ COM TRIPÉ E CASE. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA\, EQUIVALENTE\, SIMILAR OU SUPERIOR. DOBRÁVEL & PORTÁTIL; BATERIA TIPO: 18650 LI-ION; CAPACIDADE: 245 0 MAH APROXIMADAMENTE; ENERGIA: 17\,64 WH; TENSÃO: 7\,2 V; CONEXÃO SEM FIO: B LUETOOTH. MODELO DE REFERÊNCIA: TIPO DJI OSMO MOBILE 3 VERSÃO COMBO\, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR., GIMBAL DE MÃO PROFISSIONAL COM CÂMERA DE 4K COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: M ANOPLA COM DIMENSÕES DE 61\,8 X 48\,2 X 161\,5 MM; PESO APROXIMADO DE 201G; DISPO SITIVOS MÓVEIS SUPOSTADOS\, TAMANHO MÁXIMO DE 158\,2 (C) X 77\,9 (L) MM; GIMBAL C OM PESO APROXIMADO DE 268G\, POTÊNCIA (COM CÂMERA) 8W; VELOCIDADE MÁXIMA DE CON TROLE 120°/S; CÂMERA COM PIXELS EFETIVOS DE 12\,40M (TOTAL DE PIXELS: 12\,76M)\, LENTES 3.5X ZOOM ÓTICO EQUIVALENTE A 22-77 MM E F2.8 (WIDE) F5.2 (TELE); INT ERVALO ISO</p>	1	UND		

	100 A 3200 (VÍDEO) E 100 A 1600 (FOTO) COM VELOCIDADE DO OBTURADOR ELETRÔNICO 8S A 1/8000S; RESOLUÇÃO DE VÍDEO DE UHD: 4K; CÂMERA GIMBALC/SENSOR.				
2	ESTABILIZADOR GIMBAL PARA CÂMERAS MIRRORLESS/DSLR \ 3 EIXOS (PPITCH, ROLL, YAW) \ FAIXA DE ROTAÇÃO: YAW (PAN): 360° PITCH (INCLINAÇÃO TILT): 314° (-132 TO 182°) ROLL: 314° (-67 TO 247°) \ TIPO DE BATERIA: 2 X 18650 \ CAPACIDADE (MAH): 2600 MAH \ DURAÇÃO DA BATERIA: 12 A 14 HORAS \ CARREGADOR \ MONTAGEM DA PLACA DE LIBERAÇÃO RÁPIDA \ CABO USB TIPO C \ MINI TRIPÉ MINI PLATE	1	UND		
3	AERONAVES TELEGUIADAS \ DRONES - SISTEMAS DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS - MULTIROTOR \ COM HARDWARE E SOFTWARE FILMAR EM CONDIÇÕES DE POUCA LUZ, EQUIPADO COM SENSOR DE 1/2 POLEGADA IMX586, CAPAZ DE GRAVAR VÍDEO EM HDR \ TIRAR FOTOS DE 48MP, GRAVAR EM CÂMERA LENTA A 1080P/240FPS E VÍDEOS DE 4K/60FPS \ ARMAZENAMENTO INTERNO: 8 GB \ DURAÇÃO MÁXIMA DE VOO: 34 MINUTOS \ ALTITUDE MÁXIMA DE DECOLAGEM: 5.000 M \ RESISTÊNCIA MÁXIMA AO VENTO: 8,5 A 10,5 M/S (NÍVEL 5) \ SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE VÍDEO OCUSYNC 2.0 \ TRANSMISSÃO DE VÍDEO DE 1080P A 10 KM, COMUNICAÇÃO DE FREQUÊNCIA DUPLA DE 2,4/5,8GHZ \ DETECÇÃO DE OBSTÁCULO FRONTAL, TRASEIRO E INFERIOR \ ILUMINAÇÃO AUXILIAR \ HÉLICES COM REDUÇÃO DE RUÍDOS \ VELOCIDADE: MODO ESPORTIVO 68,4 KM/H, MODO NORMAL 43,2 KM/H, MODO TRIPÉ 18 KM/H \ COMPATÍVEL COM CARTÕES MICROSD COM CAPACIDADE DE ATÉ 256 GB	1	UND		
TOTAL					

LOTE 3 – CAPTAÇÃO DE SOM

Item	Especificação	Qtde	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	<p>MICROFONE\, TIPO LAPELA SEM FIO\, ALIMENTAÇÃO BATERIA DE 9 V\, RESPOSTA FREQUÊNCIA 50HZ A 20 KHZ\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DISPLAY LED;1 RECEPTOR\, ALCANCE 100 M\, RELAÇÃO SINAL/ RUIDO 98 DB,</p> <p>MICROFONE\, TIPO LAPELA SEM FIO\, ALIMENTAÇÃO BATERIA/ PILHA\, TIPO RECEPTOR UHF\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DISPLAY ABRANGENTE\, SAÍDA RF SELECIONÁVEL\, RECEP\, APLICAÇÃO ESTÚDIO\, PALCO E AUDITÓRIO\, PADRÃO UNIDIRECIONAL\, COR PRETA\, ACABAMENTO FOSCO,</p> <p>MICROFONE\, TIPO LAPELA SEM FIO\, ALIMENTAÇÃO PILHAS AA\, RESPOSTA FREQUÊNCIA 60 HZ A 15 KHZ +/- 3DB KHZ\, TIPO RECEPTOR ANTENA EXTERNA\, ALCANCE 100 M\, PADRÃO OMNIDIRECIONAL\, SENSIBILIDADE-30DB +/-3DB DB\, POTÊNCIA DE SAÍDA 20 MW\, NÍVEL DE SAÍDA DE ÁUDIO 120 MV\, RELAÇÃO SINAL/ RUIDO 80 DB</p>	1	UND		
2	<p>MICROFONE\ TIPO: DE MÃO COM FIO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SISTEMA MICROFONE MODULAR(CÁPSULA E FONTE ALIMEN-\, PADRÃO:DE CAPTAÇÃO DIRECIONAL P/ CAPTAÇÃO DE SONS A,</p> <p>MICROFONE\, TIPO:DE MÃO COM FIO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PARA EVENTOS E CERIMONIAS\, APLICAÇÃO:ELETRONICAS\, REFERÊNCIA SM-58 P4</p>	4	UND		
3	<p>PEDESTAL MICROFONE\, MATERIAL BASE SUSTENTAÇÃO:FERRO\, TIPO:DE MESA\, FORMATO BASE:REDONDO\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA\, COR:PRETA\, TIPO HASTE:FLEXÍVEL COM SUPORTE\, COMPRIMENTO HASTE:30 CM</p>	4	UND		
4	<p>GRAVADOR SOM, GRAVADOR E REPRODUTOR DE SOM\, TIPO:PORTÁTIL\, MEIO GRAVAÇÃO:CARTÃO DE MEMÓRIA\,</p>	1	UND		

	<p>FONTE ALIMENTAÇÃO:PILHA OU BATERIA RECARREGÁVEL\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:DISPLAY LCD/EXTENSÃO WAV E MP3/PORATA USB\, FUNÇÕES:PRÉ- GRAVAÇÃO/SOFTWARE PARA EDIÇÃO DE ÁUDIO\, TIPO SAÍDA:AUTOFALANTE EMBUTIDOS (BUILT-IN) \ O GRAVADOR DIGITAL DE 4 ENTRADAS / 4 FAIXAS COM SISTEMA DE MICROFONE X/YÉ UM DISPOSITIVO DE GRAVAÇÃO PORTÁTIL COM INTERFACE USB DE 2 CANAIS EM UNIDADE, UNIDADE ÚNICA QUE CABE NA PALMA DA MÃO. O GRAVADOR DIGITAL ZOOM H4N PRO APRESENTA UMA CÁPSULA ESTÉREO X/Y CAPAZ DE LIDAR COM ATÉ 140DB SPL, CONTANDO COM DOIS PRÉ-AMPLIFICADORES DE BAIXO RUÍDO E UMA COMBINAÇÃO DE SAÍDA XLR E 1/4</p>				
TOTAL					

LOTE 4 – PROCESSAMENTO DE IMAGENS					
Item	Especificação	Qtde	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	<p>MICROCOMPUTADOR ALL IN ONE\, TELA:SUPERIOR A 21\,5 POL\, INTERATIVIDADE DA TELA:SEM INTERATIVIDADE\, MEMÓRIA RAM:SUPERIOR A 4 GB\, NÚCLEOS POR PROCESSADOR:5 A 8\, ARMAZENAMENTO HDD:250 GB A 1 TB.\, ARMAZENAMENTO SSD\, FONTE ALIMENTAÇÃO:BIVOLT AUTOMÁTICA\, SISTEMA OPERACIONAL:PROPRIETÁRIO\, GARANTIA ON SITE:36 MESES</p>	1	UND		
2	<p>NOTEBOOK \ CONSOLE DE EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS \ PROCESSADOR \ GERAÇÃO 10ª \ VELOCIDADE 3.6GHZ MEMÓRIA CACHE 6MB \ MEMÓRIA RAM 8GB \ CAPACIDADE DO SSD 256GB \ INTERFACE DO SSD M.2 PCIE NVME \ LCD 15,6" HD (1366X768)</p>	3	UND		
3	<p>MICROCOMPUTADOR\, MEMÓRIA RAM:32 GB\, NÚCLEOS POR</p>	1	UND		

	<p>PROCESSADOR:5 A 8\ ARMAZENAMENTO HDD:2 TB\ ARMAZENAMENTO SSD:ATÉ 2 TB\ MONITOR:21 A 29 POL\ COMPONENTES ADICIONAIS:COM TECLADO E MOUSE\ SISTEMA OPERACIONAL:PROPRIETÁRIO\ GARANTIA ON SITE:SUPERIOR A 36 MESES</p>				
4	<p>SCANNER\ TIPO:MESA\ RESOLUÇÃO DIGITALIZAÇÃO HARDWARE:2400 X 4800 DPI\ NÍVEL ESCALA CINZA:256\ TIPO DIGITALIZAÇÃO:CORES\ TIPO DRIVES:TWAIN\ TIPO ALIMENTADOR PAPEL:AUTOMÁTICO\ FORMATO:216 X 297\ RESOLUÇÃO ÓTICA:2400 DPI\ DIMENSÕES FÍSICAS:287 X 450 X 65 MM\ SOFTWARE:OCR\ COMPATIBILIDADE:WINDOWS 98/2000/XP\ APLICAÇÃO:RECONHECIMENTO DE CARACTERES, SCANNER\ TIPO:MESA\ CROMATISMO:MONOCROMÁTICO\ TAMANHO:A4\ CARTA E OFÍCIO\ TENSÃO ALIMENTAÇÃO:100/240 VCA\ NÚMERO USUÁRIOS:PARALELA\ VELOCIDADE DIGITALIZAÇÃO:FOTO COLORIDA/TECNOLOGIA 3CC/4.800 DPI\ RESOLUÇÃO DIGITALIZAÇÃO ÓTICA:122 X 1200 DPI\ RESOLUÇÃO DIGITALIZAÇÃO AVANÇADA:ILIMITADA\ NÍVEL ESCALA CINZA:600 DPI\ TIPO DIGITALIZAÇÃO:CORES\ INTERFACE:USB\ TIPO ALIMENTADOR PAPEL:AUTOMÁTICO PARA ATÉ 50 PÁGINAS/OFFÍCIO\ CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONVENCIONAL TIPO 1/SOFTWARE INCLUINDO CD ROM/MI-\ ADAPTADORES:SLIDES NEGATIVO/POSITIVO/35MM/ATÉ 3000 PPD\ COMPATIBILIDADE:WINDOWS 98/NT/XP/2000\ APLICAÇÃO:DIGITALIZAÇÃO DE DOCUM, SCANNER\ TIPO:MESA\ CROMATISMO:POLICROMÁTICO\ TAMANHO:A4\ CARTA E OFÍCIO\ TENSÃO ALIMENTAÇÃO:110/220 V\ PROFUNDIDADE BIT:4/8 BIT\ RESOLUÇÃO DIGITALIZAÇÃO HARDWARE:4800 X 4800 DPI</p>	1	UND		

	RESOLUÇÃO ÓTICA:4800 X 4800 DPI\, NÍVEL ESCALA CINZA:256\, TIPO DIGITALIZAÇÃO:CORES\, INTERFACE:USB\, TIPO ALIMENTADOR PAPEL:AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS CAPACIDADE FRENTE/VERSO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:VELOCIDADE DE 15 A 20 PPM (SIMPLEX)\, SOFTWARE:OCR\, COMPATIBILIDADE:WINDOWS NT 4.0/98/2000/XP/PROFISSIONAL\, APLICAÇÃO:DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS\, TIPO ESCANEAMENTO:TIFF/TIFF COMPACTADO/BMP/PCX/JPEG/FPX/GIF/PNG/TXT/ FREQUÊNCIA:50/6				
5	TELEVISOR\, TAMANHO TELA:60 POL\, VOLTAGEM:BIVOLT V\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SMART TV\, FULL HD\, ENTRADAS HDMI/USB\, CONVERSOR DI\, TIPO TELA:LED\, ACESSÓRIOS:CONTROLE REMOTO/SLEEP TIME/VHF/UHF E TV A CABO	1	UND		
TOTAL					

LOTE 5 – SUPORTE DE TEXTO					
Item	Especificação	Qtde	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	TELEPROMPTER\, MATERIAL ESTRUTURA:ALUMÍNIO\, TIPO MONITOR:LCD\, TAMANHO MONITOR:19 POL\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA\, COMPONENTES:CABO SVGA MÍNIMO 15M\, APLICAÇÃO:ESTUDIO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SOFTWARE PARA EXIBIÇÃO DE TEXTOS, TELEPROMPTER\, MATERIAL ESTRUTURA:ALUMÍNIO\, TIPO MONITOR:LCD\, TAMANHO MONITOR:19 POL\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA\, COMPONENTES:CABO VGA MÍNIMO 8M\, SUPORTE PARA CÂMERA DE	1	UND		

MÃO\, APLICAÇÃO:GRAVAÇÃO DE VIDEOS\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SOFTWARE PARA EXIBIÇÃO DE TEXTOS				
TOTAL				

Para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (DUAS) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Teresina (PI), ____ de _____ de 2021.

Lindomar Castilho Melo - Cel PM

Comandante Geral da PMPI

CONTRATANTE

(EMPRESA)

(REPRESENTANTE – CARGO)

CONTRATADA

ANEXO III

Formulário de Apresentação da Proposta de Preços

Qualificação do proponente:

1. Endereço comercial
2. CNPJ
3. Representante legal qualificado
4. Telefone / fax / e-mail

Dados Bancários:

1. Banco:
2. Agência:
3. Conta:

LOTE 1 – CAPTAÇÃO DE IMAGENS						
Item	Especificação	Qtde	Unid	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1.	CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL\, TIPO VISOR:LCD ARTICULÁVEL DE 3.0" TOUCH SCREEN\, FORMATO GRAVAÇÃO IMAGEM:PADRÃO JPEG / RAW / MP4\, RESOLUÇÃO MÁXIMA:1920 X 1080 (30P/24P 25P)\, 1280 X 720 (60P / 50P)\, INTERFACE:USB\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:DISPARO CONTÍNUO DE ATÉ 5\,0 FPS\,ISO:100-12800\, CAPACIDADE MEMÓRIA:CARTÃO SD\, ACESSÓRIOS:BOLSA\, CARREGADOR BATERIA\, ALÇA DE PESCOÇO, CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL\, TIPO FOCO:MANUAL E AUTOMÁTICO\, TIPO VISOR:PENTA-ESPELHO\, FORMATO GRAVAÇÃO IMAGEM:PADRÃO JPEG E RAW\, RESOLUÇÃO MÁXIMA:24\,1 MEGAPIXELS\, INTERFACE:USB ALTA VELOCIDADE\, TIPO MEMÓRIA:CARTÕES SD/SDHC/SDXC\, CAPACIDADE MEMÓRIA:32 GB ATÉ 2 T\, ALIMENTAÇÃO CÂMERA:BATERIAS DE ION DE LITHIUM RECARREGÁVEL\, COMPATIBILIDADE:WINDOWS	2	UND			

2.	<p>FILMADORA PORTÁTIL\, TIPO ZOOM:ÓPTICO / DIGITAL\, AMPLITUDE ZOOM DIGITAL:90 X\, AMPLITUDE ZOOM ÓTICO:MÍNIMO DE 20 X\, TAMANHO MONITOR:2\,70 POL\, SISTEMA GRAVAÇÃO:HD INTERNO\, LUMINOSIDADE MÍNIMA:5 LX\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SAÍDA AV/HDMI/USB 2.0/VÍDEO COMPONENTE\,MÍNIMO 80GB\, TIPO:DIGITAL\, RESOLUÇÃO:1920 X 1080 PX, CÂMERA VÍDEO\, TIPO:COMPACTA\, RESOLUÇÃO:4K\, ZOOM ÓPTICO:12 X\, ZOOM DIGITAL:48 X\, CAPACIDADE MEMÓRIA:64 GB, FILMADORA PORTÁTIL\, TIPO ZOOM:ÓPTICO / DIGITAL\, AMPLITUDE ZOOM DIGITAL:30 X\, AMPLITUDE ZOOM ÓTICO:15 X\, SISTEMA GRAVAÇÃO:CARTÃO MEMÓRIA SD/SDHC/SDXC\, TIPO:DIGITAL\, RESOLUÇÃO:4K PX, CÂMERA DIGITAL\, RESOLUÇÃO:3840 X 2160 PIXELS\, ZOOM ÓPTICO:30 X\, ZOOM DIGITAL:6 X\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ALTA RESOLUÇÃO\, MEMÓRIA TIPO SD\, ALIMENTAÇÃO CÂMERA:BATERIA RECARREGÁVEL\, FORMATO DE GRAVAÇÃO:MP4\, MOV\, JPEG, FILMADORA PORTÁTIL\, TIPO ZOOM:DIGITAL\, AMPLITUDE ZOOM ÓTICO:25 X\, TAMANHO MONITOR:3\,2 POL\, SISTEMA GRAVAÇÃO:CARTÃO MEMÓRIA SD/SDHC/SDXC\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ENTRADA DE ÁUDIO\, SAÍDAS SDI/HDMI/USD</p>	1	UND		
3.	<p>MONOPÉ, MATERIAL: ALUMÍNIO ANODIZADO, ALTURA:175 CM, PESO:1.510 G, CAPACIDADE CARGA:5 KG, COR:PRETA, APLICAÇÃO:MÁQUINA FOTOGRÁFICA E FILMADORA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:4 SEÇÕES, PÉ EMBORRACHADO, ALTURA MÍNIMA 66,50 CM</p>	2	UND		
4.	<p>LENTE OBJETIVA DE MAQUINA FOTOGRAFICA, \, LENTE PARA CAMARA FOTOGRAFICA \ LENTE EF-S 10 18MM F/4.5-5.6 IS STM</p>	1	UND		

5.	LENTE OBJETIVA 50 MM DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA \ EF 50mm f/1.8 STM	1	UND			
6.	ILUMINADOR DE LED \ 1X10-DIODO EMISSOR DE LUZ \ 1X CABO DE ALIMENTAÇÃO \ POTÊNCIA: 20W \ TENSÃO DE ENTRADA: 6V-17V \ ILUMINAÇÃO MAX: 1800LUX \ TEMPERATURA DE COR: 5500K / 3200K \ CONTROLE DE BRILHO: AJUSTÁVEL \ ÂNGULO DE ILUMINAÇÃO: 65 ° \ COM BATERIA ADEQUADA: NP-F970	1	UND			
TOTAL						

LOTE 2 – ESTABILIZAÇÃO DE IMAGENS						
Item	Especificação	Qtde	Unid	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1.	ESTABILIZADOR FOTOGRAFICO\ESTABILIZADOR INTELIGENTE COM GIMBAL E CÂMERA 4K ESTABILIZADA DE 3 EIXOS\, CAPTURA VÍDEOS EM 4K60 E FOTOS EM 12MP\, UTILIZA APLICATIVO PARA USO\, ACTIVE TRACK\, FACE TRACK\, MOTIONLAPSE E OUTRAS FUNÇÕES CRIATIVAS\, COM LINKS PARA SMARTPHONE IOS OU ANDROID ATRAVÉS DE ADAPTADORES LIGHTNING E USB TYPE-C INCLUÍDOS\, CONECTA-SE PARA USAR SEU SMARTPHONE COMO UMA TELA MAIOR\, UTILIZA UM SENSOR DE 1 / 2\,3 POLEGADAS E UMA ABERTURA F / 2.0 PARA IMAGENS NÍTIDAS E VÍVIDAS DE 80 ° FO V\, BATERIA LI-PO INTERNA RECARREGÁVEL DURA MÍNIMA DE ATÉ 140 MINUTOS\, TAXA DE BITS DE ATÉ 100 MB / S\, GRAVAÇÃO EM CARTÃO MICROSD DE ATÉ 256 GB. \ COM TRIPÉ E CASE. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA\, EQUIVALENTE\, SIMILAR OU SUPERIOR. DOBRÁVEL & PORTÁTIL; BATERIA TIPO: 18650 LI-ION; CAPACIDADE: 245 0 MAH APROXIMADAMENTE; ENERGIA: 17\,64 WH; TENSÃO: 7\,2 V; CONEXÃO SEM FIO: B LUETOOTH. MODELO DE REFERÊNCIA: TIPO DJI OSMO MOBILE 3 VERSÃO COMBO\, SIMILAR OU DE QUALIDADE	1	UND			

	<p>SUPERIOR., GIMBAL DE MÃO PROFISSIONAL COM CÂMERA DE 4K COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: M ANOPLA COM DIMENSÕES DE 61\,8 X 48\,2 X 161\,5 MM; PESO APROXIMADO DE 201G; DISPOSITIVOS MÓVEIS SUPOSTADOS\, TAMANHO MÁXIMO DE 158\,2 (C) X 77\,9 (L) MM; GIMBAL COM PESO APROXIMADO DE 268G\, POTÊNCIA (COM CÂMERA) 8W; VELOCIDADE MÁXIMA DE CONTROLE 120°/S; CÂMERA COM PIXELS EFETIVOS DE 12\,40M (TOTAL DE PIXELS: 12\,76M)\, LENTES 3.5X ZOOM ÓTICO EQUIVALENTE A 22-77 MM E F2.8 (WIDE) F5.2 (TELE); INTERVALO ISO 100 A 3200 (VÍDEO) E 100 A 1600 (FOTO) COM VELOCIDADE DO OBTURADOR ELETRÔNICO 8S A 1/8000S; RESOLUÇÃO DE VÍDEO DE UHD: 4K; CÂMERA GIMBAL C/SENSOR.</p>					
2.	<p>ESTABILIZADOR GIMBAL PARA CÂMERAS MIRRORLESS/DSLR \ 3 EIXOS (PITCH, ROLL, YAW) \ FAIXA DE ROTAÇÃO: YAW (PAN): 360° PITCH (INCLINAÇÃO TILT): 314° (-132 TO 182°) ROLL: 314° (-67 TO 247°) \ TIPO DE BATERIA: 2 X 18650 \ CAPACIDADE (MAH): 2600 MAH \ DURAÇÃO DA BATERIA: 12 A 14 HORAS \ CARREGADOR \ MONTAGEM DA PLACA DE LIBERAÇÃO RÁPIDA \ CABO USB TIPO C \ MINI TRIPÉ MINI PLATE</p>	1	UND			
3.	<p>AERONAVES TELEGUIADAS \ DRONES - SISTEMAS DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS – MULTIROTOR \ COM HARDWARE E SOFTWARE FILMAR EM CONDIÇÕES DE POUCA LUZ, EQUIPADO COM SENSOR DE 1/2 POLEGADA IMX586, CAPAZ DE GRAVAR VÍDEO EM HDR \ TIRAR FOTOS DE 48MP, GRAVAR EM CÂMERA LENTA A 1080P/240FPS E VÍDEOS DE 4K/60FPS \ ARMAZENAMENTO INTERNO: 8 GB \ DURAÇÃO MÁXIMA DE VOO: 34 MINUTOS \ ALTITUDE MÁXIMA DE DECOLAGEM: 5.000 M \ RESISTÊNCIA MÁXIMA AO VENTO: 8,5 A 10,5 M/S (NÍVEL 5) \ SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE VÍDEO OCUSYNC 2.0 \ TRANSMISSÃO DE VÍDEO DE 1080P A</p>	1	UND			

	10 KM, COMUNICAÇÃO DE FREQUÊNCIA DUPLA DE 2,4/5,8GHZ \ DETECÇÃO DE OBSTÁCULO FRONTAL, TRASEIRO E INFERIOR \ ILUMINAÇÃO AUXILIAR \ HÉLICES COM REDUÇÃO DE RUÍDOS \ VELOCIDADE: MODO ESPORTIVO 68,4 KM/H, MODO NORMAL 43,2 KM/H, MODO TRIPÉ 18 KM/H \ COMPATÍVEL COM CARTÕES MICROSD COM CAPACIDADE DE ATÉ 256 GB					
	TOTAL					

LOTE 3 – CAPTAÇÃO DE SOM						
Item	Especificação	Qtde	Unid	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1.	MICROFONE\, TIPO LAPELA SEM FIO\, ALIMENTAÇÃO BATERIA DE 9 V\, RESPOSTA FREQUÊNCIA 50HZ A 20 KHZ\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DISPLAY LED;1 RECEPTOR\, ALCANCE 100 M\, RELAÇÃO SINAL/ RUIDO 98 DB, MICROFONE\, TIPO LAPELA SEM FIO\, ALIMENTAÇÃO BATERIA/ PILHA\, TIPO RECEPTOR UHF\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DISPLAY ABRANGENTE\, SAÍDA RF SELECIONÁVEL\, RECEPTOR\, APLICAÇÃO ESTÚDIO\, PALCO E AUDITÓRIO\, PADRÃO UNIDIRECIONAL\, COR PRETA\, ACABAMENTO FOSCO, MICROFONE\, TIPO LAPELA SEM FIO\, ALIMENTAÇÃO PILHAS AA\, RESPOSTA FREQUÊNCIA 60 HZ A 15 KHZ +/- 3DB KHZ\, TIPO RECEPTOR ANTENA EXTERNA\, ALCANCE 100 M\, PADRÃO OMNIDIRECIONAL\, SENSIBILIDADE-30DB +/-3DB DB\, POTÊNCIA DE SAÍDA 20 MW\, NÍVEL DE SAÍDA DE ÁUDIO 120 MV\, RELAÇÃO SINAL/ RUIDO 80 DB	1	UND			
2.	MICROFONE\ TIPO: DE MÃO COM FIO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SISTEMA MICROFONE MODULAR(CÁPSULA E FONTE ALIMEN-\, PADRÃO:DE CAPTAÇÃO DIRECIONAL P/ CAPTAÇÃO DE SONS A, MICROFONE\, TIPO:DE MÃO COM	4	UND			

	FIO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PARA EVENTOS E CERIMONIAS\ APLICAÇÃO:ELETRONICAS\ REFERÊNCIA SM-58 P4					
3.	PEDESTAL MICROFONE\ MATERIAL BASE SUSTENTAÇÃO:FERRO\ TIPO:DE MESA\ FORMATO BASE:REDONDO\ ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA\ COR:PRETA\ TIPO HASTE:FLEXÍVEL COM SUPORTE\ COMPRIMENTO HASTE:30 CM	4	UND			
4.	GRAVADOR SOM, GRAVADOR E REPRODUTOR DE SOM\ TIPO:PORTÁTIL\ MEIO GRAVAÇÃO:CARTÃO DE MEMÓRIA\ FONTE ALIMENTAÇÃO:PILHA OU BATERIA RECARREGÁVEL\ CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:DISPLAY LCD/EXTENSÃO WAV E MP3/PORTA USB\ FUNÇÕES:PRÉ- GRAVAÇÃO/SOFTWARE PARA EDIÇÃO DE ÁUDIO\ TIPO SAÍDA:AUTOFALANTE EMBUTIDOS (BUILT-IN) \ O GRAVADOR DIGITAL DE 4 ENTRADAS / 4 FAIXAS COM SISTEMA DE MICROFONE X/YÉ UM DISPOSITIVO DE GRAVAÇÃO PORTÁTIL COM INTERFACE USB DE 2 CANAIS EM UNIDADE, UNIDADE ÚNICA QUE CABE NA PALMA DA MÃO. O GRAVADOR DIGITAL ZOOM H4N PRO APRESENTA UMA CÁPSULA ESTÉREO X/Y CAPAZ DE LIDAR COM ATÉ 140DB SPL, CONTANDO COM DOIS PRÉ-AMPLIFICADORES DE BAIXO RÚIDO E UMA COMBINAÇÃO DE SAÍDA XLR E 1/4	1	UND			
TOTAL						

LOTE 4 – PROCESSAMENTO DE IMAGENS						
Item	Especificação	Qtde	Unid	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1.	MICROCOMPUTADOR ALL IN ONE\ TELA:SUPERIOR A 21\,5 POL\ INTERATIVIDADE DA TELA:SEM INTERATIVIDADE\ MEMÓRIA RAM:SUPERIOR A 4 GB\ NÚCLEOS POR PROCESSADOR:5 A 8\ ARMAZENAMENTO HDD:250 GB A 1 TB.\, ARMAZENAMENTO SSD\ FONTE ALIMENTAÇÃO:BIVOLT AUTOMÁTICA\ SISTEMA OPERACIONAL:PROPRIETÁRIO\ GARANTIA ON SITE:36 MESES	1	UND			
2.	NOTEBOOK \ CONSOLE DE EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS \ PROCESSADOR \ GERAÇÃO 10ª \ VELOCIDADE 3.6GHZ MEMÓRIA CACHE 6MB \ MEMÓRIA RAM 8GB \ CAPACIDADE DO SSD 256GB \ INTERFACE DO SSD M.2 PCIE NVME \ LCD 15,6" HD (1366X768)	3	UND			
3.	MICROCOMPUTADOR\ MEMÓRIA RAM:32 GB\ NÚCLEOS POR PROCESSADOR:5 A 8\ ARMAZENAMENTO HDD:2 TB\ ARMAZENAMENTO SSD:ATÉ 2 TB\ MONITOR:21 A 29 POL\ COMPONENTES ADICIONAIS:COM TECLADO E MOUSE\ SISTEMA OPERACIONAL:PROPRIETÁRIO\ GARANTIA ON SITE:SUPERIOR A 36 MESES	1	UND			
4.	SCANNER\ TIPO:MESA\ RESOLUÇÃO DIGITALIZAÇÃO HARDWARE:2400 X 4800 DPI\ NÍVEL ESCALA CINZA:256\ TIPO DIGITALIZAÇÃO:CORES\ TIPO DRIVES:TWAIN\ TIPO ALIMENTADOR PAPEL:AUTOMÁTICO\ FORMATO:216 X 297\ RESOLUÇÃO ÓTICA:2400 DPI\ DIMENSÕES FÍSICAS:287 X 450 X 65 MM\ SOFTWARE:OCR\ COMPATIBILIDADE:WINDOWS 98/2000/XP\ APLICAÇÃO:RECONHECIMENTO DE CARACTERES, SCANNER\ TIPO:MESA\ CROMATISMO:MONOCROMÁTICO\ TAMANHO:A4\ CARTA E OFÍCIO\ TENSÃO ALIMENTAÇÃO:100/240 VCA\ 	1	UND			

	<p>NÚMERO USUÁRIOS:PARALELA\, VELOCIDADE DIGITALIZAÇÃO:FOTO COLORIDA/TECNOLOGIA 3CC/4.800 DPI\, RESOLUÇÃO DIGITALIZAÇÃO ÓTICA:122 X 1200 DPI\, RESOLUÇÃO DIGITALIZAÇÃO AVANÇADA:ILIMITADA\, NÍVEL ESCALA CINZA:600 DPI\, TIPO DIGITALIZAÇÃO:CORES\, INTERFACE:USB\, TIPO ALIMENTADOR PAPEL:AUTOMÁTICO PARA ATÉ 50 PÁGINAS/OFÍCIO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONVENCIONAL TIPO 1/SOFTWARE INCLUINDO CD ROM/MI- \, ADAPTADORES:SLIDES NEGATIVO/POSITIVO/35MM/ATÉ 3000 PPD\, COMPATIBILIDADE:WINDOWS 98/NT/XP/2000\, APLICAÇÃO:DIGITALIZAÇÃO DE DOCUM, SCANNER\, TIPO:MESA\, CROMATISMO:POLICROMÁTICO\, TAMANHO:A4\, CARTA E OFÍCIO\, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:110/220 V\, PROFUNDIDADE BIT:4/8 BIT\, RESOLUÇÃO DIGITALIZAÇÃO HARDWARE:4800 X 4800 DPI\, RESOLUÇÃO DIGITALIZAÇÃO ÓTICA:4800 X 4800 DPI\, NÍVEL ESCALA CINZA:256\, TIPO DIGITALIZAÇÃO:CORES\, INTERFACE:USB\, TIPO ALIMENTADOR PAPEL:AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS CAPACIDADE FRENTE/VERSO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:VELOCIDADE DE 15 A 20 PPM (SIMPLEX)\, SOFTWARE:OCR\, COMPATIBILIDADE:WINDOWS NT 4.0/98/2000/XP/PROFISSIONAL\, APLICAÇÃO:DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS\, TIPO ESCANEAMENTO:TIF/TIFF COMPACTADO/BMP/PCX/JPEG/FPX/GI F/PNG/TXT/ FREQUÊNCIA:50/6</p>					
5.	<p>TELEVISOR\, TAMANHO TELA:60 POL\, VOLTAGEM:BIVOLT V\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SMART TV\, FULL HD\, ENTRADAS HDMI/USB\, CONVERSOR DI\, TIPO TELA:LED\, ACESSÓRIOS:CONTROLE REMOTO/SLEEP TIME/VHF/UHF E TV A CABO</p>	1	UND			

TOTAL					
--------------	--	--	--	--	--

LOTE 5 – SUPORTE DE TEXTO						
Item	Especificação	Qtde	Unid	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1.	TELEPROMPTER\, MATERIAL ESTRUTURA:ALUMÍNIO\, TIPO MONITOR:LCD\, TAMANHO MONITOR:19 POL\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA\, COMPONENTES:CABO SVGA MÍNIMO 15M\, APLICAÇÃO:ESTUDIO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SOFTWARE PARA EXIBIÇÃO DE TEXTOS, TELEPROMPTER\, MATERIAL ESTRUTURA:ALUMÍNIO\, TIPO MONITOR:LCD\, TAMANHO MONITOR:19 POL\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA\, COMPONENTES:CABO VGA MÍNIMO 8M\, SUPORTE PARA CÂMERA DE MÃO\, APLICAÇÃO:GRAVAÇÃO DE VIDEOS\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SOFTWARE PARA EXIBIÇÃO DE TEXTOS	1	UND			
TOTAL						

ANEXO IV

Declaração dos Requisitos de Habilitação

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (Licitante),
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ _____, sediada na
_____, representada por _____,
(nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade no
_____, inscrito no CPF sob o no _____, (residência e domicílio),
DECLARA que cumpre plenamente os requisitos exigidos para habilitação e sujeita-se
aos termos e condições do Pregão Eletrônico nº 05/2021 – Processo nº
00028.004021/2021-29, estando ciente das penalidades aplicáveis em caso de
descumprimento ou declaração inverídica.

_____, ____ de _____ de 2021.

Local

Nome responsável pela emissão do documento

ANEXO V

Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação para ME/EPP e Equiparadas

(Licitante), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ _____, sediada na _____, representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade no _____, inscrito no CPF sob o no _____, (residência e domicílio), DECLARA que cumpre plenamente os requisitos exigidos para habilitação de microempresa e empresa de pequeno porte e sujeita-se aos termos e condições do Pregão Eletrônico nº 05/2021 – Processo nº 00028.004021/2021-29, estando ciente das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento ou declaração inverídica.

_____, ____ de _____ de 2021.

Local

Nome responsável pela emissão do documento

ANEXO VI

Declaração de Enquadramento para ME/EPP e equiparadas

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 05/2021 – Processo nº 00028.004021/2021-29, DECLARO, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, de acordo com os critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

_____, _____, _____ de _____ de 2021.

Local

Nome responsável pela emissão do documento

ANEXO VII

Declaração de Cumprimento do Art. 7º, XXXIII, da CF/88

(Licitante), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ _____, sediada na _____, representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade no _____, inscrito no CPF sob o no _____, (residência e domicílio), DECLARA, para fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal c/c art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/1993, que opera em estrita observância ao que dispõem as mencionadas normas, estando ciente das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento ou declaração inverídica.

_____, ____ de _____ de 2021.

Local

Nome responsável pela emissão do documento

ANEXO VIII

Orçamento

Rubrica: 26.101. 1.06.126.0003.2901.1.00.4.4.90.52. 41.2021. I0111. TD0.000001

Unidade Gestora	26101	Polícia Militar
Função	06	Segurança Pública
Subfunção	126	Tecnologia da informação
Programa de governo	0003	Piauí seguro
Projeto/Atividade	2901	Gestão de tecnologias da informação
Fonte	100	Recurso do tesouro estadual
Natureza de despesa	4.4.90.52	
Elemento de despesa	52	Material permanente

Saldo orçamentário	R\$ 53,69 (cinquenta e três reais e sessenta e nove centavos)
Saldo de nota de reserva	R\$ 69.946,31 (sessenta e nove mil novecentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos) 2021NR00163
Saldo total	R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

Território de desenvolvimento (área a ser beneficiada - exclusiva)

TD 4 (Entre - Rios)

Fundamento: Emenda Impositiva do Dep. Carlos Augusto 41, ano 2021, número I0111.

ANEXO IX

Atestado de Capacidade Técnica

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa _____, inscrita no CNPJ _____, estabelecida na _____, prestou serviços à _____, CNPJ _____, de [descrição dos serviços prestados ou dos fornecimento dos itens, especificando informações compatíveis com o objeto licitado]. Atestamos que tais fornecimentos foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

_____, ____ de _____ de 2021.

Local

Nome responsável pela emissão do documento

OBS.: O documento deve ser redigido com identificação da Pessoa Jurídica Pública ou Privada emitente, datado e assinado pelo representante legal ou por um dos sócios da referida empresa atestadora.